



RELATÓRIO DE GESTÃO – Exercício de 2017

1. Da Gestão Previdenciária

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa financeira e patrimonial em relação ao poder executivo, criado pela Lei nº 615, de 31 de dezembro de 1951, mais somente em 18 de dezembro de 1997, LC nº 109, foi instituído o sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Civis e Militares e seus dependentes, com o objetivo de conceder benefícios decorrentes do plano de programa único de previdência.

Em 2004, com a edição da Lei Complementar nº 282, passou a garantir ao segurado a aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez, e quanto ao beneficiário à pensão por morte e auxílio reclusão, unificou e reorganizou o Regime de Previdência dos servidores do Estado do Espírito Santo. Dentre as reorganizações, destaca-se a adoção da segregação de massas por meio da criação dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Art. 49.

Os recursos de que o IPAJM dispõe são oriundos das contribuições, servidor (11%) e patronal (22%), e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e o definido na Política de Investimentos Anual, aprovada pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de carteiras de ativos, sendo separadas por Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Administração IPAJM. Para controle geral foi criada uma carteira consolidada, englobando os ativos de todas as carteiras, apenas para fins de relatórios gerenciais.

Informamos que a estrutura organizacional do RPPS está regulamentada por meio da PORTARIA Nº. 082-R, de 06 de agosto de 2007, bem como respectivas atribuições de seus setores/departamentos.

A Diretoria do RPPS teve a seguinte composição em 31/12/2017:

- Presidente Executivo – Anckimar Pratisolli



- Diretoria de Investimentos – Gilberto de Souza Tulli
- Diretoria de Administrativa e Financeira – Paulo Renato da Cunha Pereira
- Diretoria Técnica – Mariana do Nascimento Gonçalves

Ressaltamos que os endereço e demais dados encontram-se no ROLRES.

Em relação aos conselhos do RPPS, a LC 282 determina a estrutura de administração superior a inclusão de 02 conselhos Administrativo e fiscal. Informamos que a composição dos referidos conselhos encontram-se relacionados no ROLRES.

A seguir demonstramos as reuniões e ações dos referidos conselhos:

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - 2017

- ATA Nº 005 – DE 31 DE JANEIRO DE 2017

Aprovado ad referendum do Conselho, a abertura do crédito suplementar, processo nº 76770745, no valor de R\$17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), para cobrir despesas com pagamento de Inativos e Pensionistas do IPAJM.

- ATA Nº 006- DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

Apresentação do Presidente Executivo do IPAJM, Sr. ANCKIMAR PRATISSOLLI, nomeado por meio do Decreto nº 090-S, de 31.01.2017.

- ATA Nº 007- DE 28 DE MARÇO DE 2017

Aprovação do crédito suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para cobrir despesas com prestações de serviços de pessoa física e jurídica, processo nº 76703592;

Aprovação do crédito suplementar no valor de R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais), para viabilizar a liquidação e pagamento da folha de pagamento dos inativos e pensionistas do IPAJM, no exercício financeiro de 2017, processo nº 77254180.

- ATA Nº 008 – DE 27 DE ABRIL DE 2017

Aprovação do Crédito suplementar no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para liquidação e pagamento das despesas correntes do IPAJM, no exercício de 2017;



Cientificou os Conselheiros das informações obtidas na reunião do CONAPREV que aconteceu em Brasília –DF, nos dias 06 e 07 de abril de 2017.

- ATA Nº 009 – DE 30 DE MAIO DE 2017

Cientificou os Conselheiros do recebimento de um ofício do Presidente do Tribunal de Justiça, acerca da migração da folha de pagamento de inativos do Poder Judiciário para o IPAJM.

- ATA Nº 010 – DE 27 DE JUNHO DE 2017

Alienação de 05 lotes de terrenos em Bom Jesus do Norte, processo nº 57288259; Baixa patrimonial do mobiliário de desuso da antiga sede do IPAJM, localizada na Av. Vitória, 2365 – Consolação – Vitória, ES, processo nº 77130774;

- ATA Nº 011 – DE 27 DE JULHO DE 2017

Apresentação da proposta da Lei Orçamentaria Anual – LOA para o exercício de 2018, processo nº 78948100; Relação dos imóveis pertencentes ao IPAJM, providenciada pelo servidor Alexandre Cirne;

- ATA Nº 012 – DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Aprovação da proposta da Lei Orçamentaria Anual – LOA para o exercício de 2018, processo nº 78948100;

- ATA Nº 013 – DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Aprovação do Crédito suplementar no valor de R\$138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), processo nº 76703592, para pagamento das despesas corrente do IPAJM, no exercício financeiro e orçamentário de 2017; Aprovação do Crédito suplementar no valor de R\$82.720.000,00 (oitenta e dois milhões e setecentos e vinte mil reais), processo nº 79497853; para atender despesas com a folha de pagamento de inativos e pensionistas; Apresentação da Política de Investimentos de 2018, pelo Diretor de Investimentos Sr. Gilberto de Souza Tulli, para análise e discussão;

- ATA Nº 014 – DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Apresentação do atuário Sr. RICHARD DUTZMANN das hipóteses e premissas atuarias para avaliação e deliberação pelo Conselheiro Administrativo do IPAJM;



Aprovação da Política de Investimentos para 2018;

Aprovação do Crédito Suplementar no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), para cobrir complementação de gastos contratados (correios), orçado somente pela média realizada nos exercícios anteriores mais 10% (dez por cento) e não pelo valor anual contratado, processo nº 79890466.

- ATA Nº 015 – DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprovação do Crédito Suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para cobrir despesas obrigatórias com o PASEP mensal, processo nº 76703592;

- ATA Nº 016 – DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprovação do Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para cobrir despesas com o abono a ser pago aos inativos e pensionistas, processo nº 76770745 – ad referendum;

Aprovação do Crédito Suplementar no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para cobrir despesas com abono a ser pago aos Inativos e pensionistas, processo nº 79497853 – ad referendum.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO FISCAL - 2017

- ATA Nº 005 – DE 18 DE JANEIRO DE 2017

A Diretora Técnica, Sra. Mariana do Nascimento, compareceu à reunião para apresentar as atividades desenvolvidas pela Diretoria Técnica e pelas Gerências de Benefícios e de Perícia Médica, informando sobre a mudança da mesma para a sede do IPAJM. Foram esclarecidas diversas dúvidas, inclusive sobre as alterações da Lei Complementar nº 282/2004, pela Lei Complementar nº836/2016;

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 76067572, referente ao mês de setembro/2016, analisado pelo Conselheiro Rogério;

O Conselheiro Humberto solicitou prorrogação de prazo do balancete contábil do mês de outubro/2016, processo nº 76424472, o que foi concedido;

O Conselheiro José Chalhub solicitou prorrogação de prazo do balancete contábil do mês de novembro/2016, processo nº 76424570, o que foi concedido;

- ATA Nº 006- DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Apresentação do Presidente Executivo do IPAJM, Sr. ANCKIMAR PRATISSOLLI, nomeado por meio do Decreto nº 090-S, de 31.01.2017;



Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 76424472, referente o mês de outubro/2016, analisado pelo Conselheiro Humberto;

O Conselheiro José Chalhub solicitou prorrogação de prazo do balancete contábil do mês de novembro/2016, processo nº 76424570, o que foi concedido;

O Conselheiro Pedro Santa Anna ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de dezembro/2016, bem como os demonstrativos contábeis consolidados do exercício de 2016, processo nº 76981339;

- ATA Nº 007- DE 15 DE MARÇO DE 2017

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 76424570, referente ao mês de novembro/2016, analisado pelo Conselheiro José Chalhub;

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 76981339, referente ao mês de dezembro/2016, analisado pelo Conselheiro Pedro Santa Anna Rosa, bem como o Parecer sobre as Contas – exercício 2016 do IPAJM.

- ATA Nº 008 – DE 26 DE ABRIL DE 2017

O Conselheiro Fabio ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de janeiro/2017, processo nº 77804023, a Conselheira Marly Deprá, designada para analisar o balancete contábil do mês de fevereiro/2017, processo nº 77804406, ficando acordado que os referidos balancetes serão entregues no decorrer do mês de maio/2017.

- ATA Nº 009 – DE 31 DE MAIO DE 2017

O Conselheiro Fabio ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de janeiro/2017, processo nº 77804023, a Conselheira Marly Deprá, designada para analisar o balancete contábil do mês de fevereiro/2017, e o Conselheiro Rogério Fernandes ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de março/2017, processo nº 77805470;

A Conselheira Presidente Maria Ivonete, cientificou sobre o recebimento da solicitação de informações do SINDIJUDICIARIO por meio do OF. SINDIJUD. PRESI. Nº 044/2017, questionando acerca dos motivos que levaram o IPAJM a trocar a empresa de assessoria atuarial e sobre a alteração do cálculo do déficit de aposentadoria de 35 bilhões para 60 milhões de reais;

O Diretor de Investimentos, Sr. Gilberto, bem como a Gerente de Finanças, Sra. Susana, compareceram à reunião e apresentaram aos conselheiros as informações necessárias à resposta do citado ofício.

- ATA Nº 010 – DE 28 DE JUNHO DE 2017



Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 77804023, referente ao mês de janeiro/2017, analisado pelo Conselheiro Fábio Mello;

A Conselheira Marly solicitou prorrogação de prazo do balancete contábil do mês de fevereiro/2017, processo nº 77804406, o que foi concedido;

O Conselheiro Rogério solicitou prorrogação de prazo do balancete contábil do mês de março/2017, processo nº 77805470, o que foi concedido;

A Conselheira Ivonete fez a leitura do Ofício/CF/IPAJM/Nº 01/2017, em resposta ao OF. SINDJUD.PRESI.Nº 044/2017.

- ATA Nº 011 – DE 26 DE JULHO DE 2017

Apresentação da Proposta Orçamentária Anual –LOA/2018, aos Membros do Conselho Fiscal, com breve análise das informações, verificando-se que se encontra coerente com a execução orçamentária dos anos anteriores, com as projeções pertinentes;

Os Conselheiros Marly e Rogério, solicitaram novamente prorrogação de prazo para apresentação dos pareceres, o que foi concedido;

O Conselheiro Humberto ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de abril/2017, processo nº 78898781;

O Conselheiro José Chalhub ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de maio/2017, processo nº 78898722;

- ATA Nº 012 – DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 77804406, referente ao mês de fevereiro/2017, analisado pela Conselheira Marly Deprá;

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 77805470, referente ao mês de março/2017, analisado pelo Conselheiro Rogério Fernandes;

Os Conselheiros Humberto e José Chalhub, solicitaram novamente prorrogação de prazo para apresentação dos pareceres, o que foi concedido;

A Conselheira Maria Ivonete sugeriu convidar o Diretor de Investimentos –Gilberto de Souza Tulli, para participar da próxima reunião e apresentar o relatório de investimentos.

- ATA Nº 013 – DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 78898781, referente ao mês de abril/2017, analisado pelo Conselheiro Humberto Mileip;

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 78898722, referente ao mês de maio/2017, analisado pelo Conselheiro José Chalhub;

O Diretor de Investimentos, Sr. Gilberto de Souza Tulli, a pedido da Presidente do Conselho, compareceu à reunião com objetivo de prestar alguns esclarecimentos em



relação à área de investimentos tais quais: que a partir deste mês foi incluído no balancete um CD, contendo cinco arquivos, com o relatório de investimentos resumido, o mesmo que está no site do IPAJM, o relatório detalhado do ES PREVIDENCIA, o relatório do Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Administrativo.

- ATA Nº 014 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 79599885, referente ao mês de junho/2017, analisado pelo Conselheiro Pedro Santa Anna Rosa;

Aprovado por unanimidade o balancete contábil, processo nº 79599893, referente ao mês de julho/2017, analisado pelo Conselheiro Fábio Mello;

A Presidente do Conselho, sugeriu convidar o Diretor de Investimentos, Sr. Gilberto de Souza Tulli, para apresentar a Política de Investimentos/2018.

- ATA Nº 015 – DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A Conselheira Marly ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de agosto/2017, processo nº 80306446;

O Conselheiro Rogério ficou designado para analisar e relatar o balancete contábil do mês de setembro/2017, processo nº 80306969.

- ATA Nº 016 – DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Conselheiros Marly e Rogério, solicitaram novamente prorrogação de prazo para apresentação dos pareceres, o que foi concedido;

A Presidente do Conselho convidou o Diretor de Investimentos do IPAJM, Sr. Gilberto de Souza Tulli, para apresentar a Política de Investimentos do Instituto para o exercício de 2018, que foi encaminhada ao Conselho Administrativo e aprovada na reunião ordinária do dia 26 de outubro de 2017, destacando os aspectos mais relevantes. No decorrer da exposição, os conselheiros esclareceram as dúvidas suscitadas.

2. Da Gestão de Benefícios

- a) Evidenciar a evolução do número de segurados, ativos, inativos e pensionistas, nos últimos cinco exercícios, sempre posicionados em 31/12;



Quantitativo de Aposentados nº da Folha: 32

ÓRGÃO	dez/13	% variação	dez/14	% variação	dez/15	% variação	dez/16	% variação	dez/17
ALES	170	3,53%	176	4,55%	184	1,09%	186	1,08%	188
DER	114	23,68%	141	17,73%	166	17,73%	-	#VALOR!	-
DETRAN	119	11,76%	133	9,02%	145	9,02%	-	#VALOR!	-
DIO	34	5,88%	36	13,89%	41	13,89%	-	#VALOR!	-
FAMES	16	0,00%	16	12,50%	18	12,50%	-	#VALOR!	-
IASES	116	7,76%	125	8,00%	135	8,00%	-	#VALOR!	-
IDAF	86	11,63%	96	18,75%	114	18,75%	-	#VALOR!	-
IEMA	2	50,00%	3	0,00%	3	0,00%	-	#VALOR!	-
IJSN	69	4,35%	72	16,67%	84	16,67%	-	#VALOR!	-
INCAPER	216	16,20%	251	13,15%	284	13,15%	-	#VALOR!	-
IPAJM	64	7,81%	69	11,59%	77	11,59%	-	#VALOR!	-
IPAJMPREV	-	-	-	-	29465	#VALOR!	30827	5,87%	32638
JUCEES	18	27,78%	23	13,04%	26	13,04%	-	#VALOR!	-
MPES	28	7,14%	30	6,67%	32	6,67%	33	3,03%	34
RTV	39	33,33%	52	15,38%	60	15,38%	-	#VALOR!	-
SEGER	26345	2,86%	27098	4,48%	28311	4,48%	-	#VALOR!	-
SUPPIN	1	0,00%	1	0,00%	1	0,00%	-	#VALOR!	-
TCEES	170	0,59%	171	2,92%	176	2,92%	179	-1,68%	176
TJES	151	-3,97%	145	-4,83%	138	-4,83%	132	-2,27%	129

Quantitativo de Instituidores nº da Folha: 12

ÓRGÃO	dez/13	% variação	dez/14	% variação	dez/15	% variação	dez/16	% variação	dez/17
ALES	74	1,35%	75	-4,00%	72	0,00%	72	5,56%	76
DER	26	7,69%	28	10,71%	31	3,23%	32	21,88%	39
DETRAN	10	-10,00%	9	55,56%	14	21,43%	17	17,65%	20
DIO	7	0,00%	7	57,14%	11	0,00%	11	0,00%	11
FAMES	2	0,00%	2	100,00%	4	0,00%	4	0,00%	4
IASES	14	35,71%	19	10,53%	21	4,76%	22	0,00%	22
IDAF	16	12,50%	18	0,00%	18	11,11%	20	10,00%	22
IEMA	4	50,00%	6	0,00%	6	0,00%	6	0,00%	6
IJSN	8	12,50%	9	11,11%	10	0,00%	10	0,00%	10
INCAPER	31	6,45%	33	12,12%	37	0,00%	37	16,22%	43
IPAJM	8	0,00%	8	-12,50%	7	14,29%	8	12,50%	9
IPEM	-	-	-	-	1	0,00%	1	0,00%	1
JUCEES	2	0,00%	2	0,00%	2	0,00%	2	0,00%	2
MPES	59	8,47%	64	9,38%	70	-2,86%	68	1,47%	69
RTV	22	4,55%	23	8,70%	25	0,00%	25	-4,00%	24
SEGER	5410	0,59%	5442	2,57%	5582	1,38%	5659	1,33%	5734
TCEES	38	-5,26%	36	-2,78%	35	14,29%	40	2,50%	41
TJES	454	-4,41%	434	-0,46%	432	1,62%	439	2,51%	450



OBS: 1 - A partir de 2016, os aposentados da administração direta e indireta se unificaram em uma só folha, então, a administração direta e autarquias (aposentados) estão identificados na planilha como **IPAJMPREV**

2- Informações extraídas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES e disponibilizada pela Subgerência de Folha de Benefícios.

b) Evidenciar o quantitativo de benefícios concedidos pelo RPPS, segregados por tipo de benefício e por exercício, nos últimos cinco anos;

Benefício Aposentadoria	Pensão
2013 - 1273	2013 - 266
2014 - 1254	2014 - 204
2015 - 1440	2015 - 204
2016 - 1488	2016 - 194
2017 - 1616	2017 - 345

OBS:.1- OBS:. Informação extraída do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES.

c) Evidenciar o número total de benefícios do RPPS dos últimos cinco anos, segregados pelo critério de reajustamento dos benefícios; (posição em 31/12).

Aposentadoria - Sem Paridade	Pensão - Sem Paridade
2013 - 060	2013- 234
2014- 057	2014 - 189
2015 - 074	2015 - 194
2016 - 082	2016 - 188
2017 - 114	2017 - 341
Aposentadoria - Com Paridade	Pensão - Com Paridade
2013 - 1213	2013 - 32
2014 - 1197	2014 - 15
2015 - 1366	2015 - 10
2016 - 1406	2016 - 06
2017 - 1502	2017 - 04

OBS:. Informação extraída do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES.

d) Evidenciar o número de benefícios concedidos nos últimos cinco anos, segregados por tipo de benefício e por exercício, e a sua situação no tocante ao registro junto ao TCEES: a) pendente de registro, aguardando providências



no RPPS; b) pendente de registro, aguardando providências no TCEES, ou c) foi registrado.

Benefícios Homologados	
Benefício Aposentadoria	Pensão
2013 - 1486	2013 - 196
2014 - 1064	2014 - 190
2015 - 587	2015 - 172
2016 - 084	2016 - 029
2017 - 004	2017 - 000

APOSENTADORIAS		
CONCEDIDAS	HOMOLOGADAS	PENDENTES
2013 - 1273	2013 - 1493	*
2014 - 1254	2014 - 1159	2014 - 95
2015 - 1440	2015 - 701	2015 - 739
2016 - 1488	2016 - 181	2016 - 1307
2017 - 1616	2017 - 004	2017 - 1612

PENSÕES		
CONCEDIDAS	HOMOLOGADAS	PENDENTES
2013 - 266	2013 - 196	2013 - 070
2014 - 204	2014 - 190	2014 - 014
2015 - 204	2015 - 172	2015 - 032
2016 - 194	2016 - 029	2016 - 165
2017 - 421	2017 - 000	2017 - 421

OBS.: 1 – Não consta parametrização no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES, de campo para especificação de pendências, razão pela qual, não dispomos dos números aguardando providências deste RPPS ou do TCEES.

Todavia, será solicitado a inclusão dos campos para registro de pendência aguardando providências do RPPS e Aguardando Providências do TCEES.

e) Evidenciar o estoque de processos em 31/12: a) pendentes de concessão, b) pendentes de análise de pedido de revisão; c) pendentes de registro e d) pendentes por diligência, etc.

a) 320 (trezentos e vinte) processos;

b) 33 (trinta e três) processos;



- c) O quantitativo é o apresentado nas planilhas de aposentadoria e pensão, descritas na letra "e";
- d) Conforme explicitado no item anterior, não consta parametrização no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES, de campo para especificação de pendências, razão pela qual, não dispomos dos números aguardando providências deste RPPS ou do TCEES.

3. Da Compensação Previdenciária

a) Detalhar informações acerca do convênio de compensação previdenciária firmado com o MPS (data de assinatura, data de vigência, das obrigações recíprocas, do ente e do INSS, etc):

O primeiro Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social e o Estado do Espírito Santo ocorreu em 27 de dezembro de 1999.

Devido a diversas mudanças ocorridas tanto na legislação como nos órgãos/autarquias do Estado, vinculadas ao convênio, foi assinado um novo ACT em 27 de março de 2017, com publicação no Diário Oficial da União em 3 de maio de 2017, conforme processo nº 44000.000333/2017-61. O presente Acordo vigorará enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

Conforme a Cláusula Segunda do ACT, são obrigações recíprocas dos Partícipes na execução deste Acordo:

I - processar, diretamente ou por meio dos intervenientes, os requerimentos de compensação previdenciária referentes às aposentadorias e pensões delas decorrentes, por meio do Sistema de Compensação Previdenciária COMPREV, na forma definida pelo INSS;

II - manter cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação previdenciária;

III - transmitir mutuamente as Certidões de Tempo de Contribuição por eles emitidas, na forma estipulada pelo INSS;

IV - indicar, por meio do Anexo I deste Acordo, o nome do administrador da compensação previdenciária;



V - juntar aos requerimentos de compensação previdenciária os documentos especificados no Anexo 1 da Portaria/MPAS IP 6.209, de 1999;

VI - comunicar, nos termos do Anexo I da Portaria/MPAS nº 6.209, de 1999, qualquer revisão no valor do benefício objeto de compensação previdenciária, sua extinção total ou parcial, registrando tais alterações no cadastro do COMPREV;

VII - utilizar os recursos financeiros recebidos a título de compensação previdenciária somente no pagamento direto de benefícios previdenciários do respectivo regime ou na constituição do fundo previsto no art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

VIII- observar cronograma estipulado pelo INSS para a totalização dos cálculos de créditos e débitos referentes ao mês e no lançamento dos mesmos no COMPREV;

IX - disponibilizar relatório dos valores a serem desembolsados ou recebidos, por meio do COMPREV, até o dia 30 de cada mês; e

X - efetuar o pagamento do valor apurado, conforme o disposto nas alíneas anteriores, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da apuração, em conta corrente indicada pelo respectivo regime.

Parágrafo Primeiro. Os regimes de origem procederão à análise e o cálculo dos requerimentos encaminhados pelos regimes instituidores, definindo os valores devidos a título de compensação previdenciária, subdividindo os mesmos em:

■ I - total do estoque, para as parcelas devidas no período de 5 de outubro de 1988 a 5 de maio de 1999; e

■ II - total do fluxo, para as parcelas devidas no período a partir de 6 de maio de 1999.

Parágrafo Segundo. O COMPREV gerará relatórios individuais em relação a cada requerimento e consolidados por regime instituidor com os respectivos valores de compensação previdenciária.

Parágrafo Terceiro. O COMPREV procederá à totalização referente ao passivo do estoque, ao fluxo atrasado e ao fluxo mensal na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Quarto. Verificado o não cumprimento do disposto no inciso VI do caput desta Cláusula, as parcelas pagas indevidamente pelo regime de origem serão registradas imediatamente como débito do regime instituidor,

Parágrafo Quinto. Os intervenientes responderão por todas as rotinas operacionais acordadas pela SPPS/MF e o ESTADO neste Acordo.

De acordo com a Cláusula Terceira, são obrigações específicas do ESTADO:

I - manter atualizados os dados cadastrais de seu regime próprio de previdência social junto ao MF, informando a incorporação ou exclusão de órgão ou entidade vinculados ou a mudança de endereço para correspondência;



II - disponibilizar e manter os equipamentos necessários, no seu âmbito, para a utilização dos sistemas referidos neste Acordo;

III - arcar com os custos inerentes a disponibilização, pelo INSS, do COMPREV e do Sistema de Óbitos - SISOBI; e

IV - indicar, por meio do administrador da compensação previdenciária a que se refere o inciso IV do caput da Cláusula Segunda, o nome do gestor responsável pela operacionalização das rotinas previstas neste Acordo e dos demais servidores que operarão o COMPREV por meio do Anexo II.

São obrigações específicas do INSS, conforme Cláusula Quarta:

I - disponibilizar ao ESTADO acesso ao COMPREV e ao Sistema de Óbitos - SISOBI;

II - fornecer as normas e manuais necessários à operacionalização deste Acordo, bem como orientar os servidores designados pelo ESTADO, para que possam operar os sistemas disponibilizados; e

III - efetuar, enquanto regime de origem, o enquadramento do laudo médico apresentado pelo regime instituidor, para fins de concessão de compensação previdenciária nos casos de aposentadorias por invalidez e pensão para dependente maior inválido.

b) Evidenciar o fluxo anual (número de benefícios e dos valores) dos últimos cinco anos dos valores do RO (Regime de Origem) x RI (Regime Instituidor):

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS ANUAIS

Competência	RO = IPAJM		RI = INSS		Saldo
	Req. Ativos*	Receitas	Req. Ativos*	Despesas**	
2013	2.055	6.489.399,57	900	1.451.730,67	5.037.668,90
2014	2.106	8.735.166,08	892	1.379.340,01	7.355.826,07
2015	2.274	14.473.329,44	934	586.703,03	13.886.626,41
2016	2.332	15.458.408,62	955	0,00	15.458.408,62
2017	2.359	11.808.521,44	955	0,00	11.808.521,44
Totais	-	56.964.825,15	-	3.417.773,71	53.547.051,44

* Quantidade de Requerimentos Ativos referente ao mês de dezembro de cada ano.



** Desde o mês de junho/2015 os valores do INSS estão bloqueados segundo os critérios de Proporcionalidade entre o Regime de Origem (IPAJM) e o Regime Instituidor (INSS conforme Art. 19-B da Portaria nº 6.209 de 16/12/1999, alterado pela Portaria MPS nº 28 de 30/06/2015.

c) Evidenciar o fluxo financeiro mensal recebido a título de compensação previdenciária:

ANO 2017	RO - IPAJM		RI - INSS		SALDO
	REQ. ATIVOS	RECEITAS	REQ. ATIVOS	DESPESAS*	
01/17	2.340	1.421.087,98	955	0,00	1.421.087,98
02/17	2.339	994.926,84	955	0,00	994.926,84
03/17	2.340	779.462,51	955	0,00	779.462,51
04/17	2.348	1.155.130,26	954	0,00	1.155.130,26
05/17	2.361	1.885.660,57	954	0,00	1.885.660,57
06/17	2.355	621.181,73	957	0,00	621.181,73
07/17	2.355	805.963,50	956	0,00	805.963,50
08/17	2.350	801.525,27	956	0,00	801.525,27
09/17	2.350	805.866,31	956	0,00	805.866,31
10/17	2.348	590.839,09	955	0,00	590.839,09
11/17	2.343	714.358,72	955	0,00	714.358,72
12/17	2.351	1.232.518,66	955	0,00	1.232.518,66
TOTAIS	-	11.808.521,44	-	0,00	11.808.521,44

*Obs.: despesas bloqueadas desde junho de 2016 referente aos critérios de Proporcionalidade entre o Regime de Origem (IPAJM) e o Regime Instituidor (INSS) conforme Art. 19-B da Portaria nº 6.209 de 16/12/1999, alterado pela Portaria MPS nº 288 de 30/06/2015.

4. Da Gestão Orçamentária

Informamos que no exercício de 2017 a execução orçamentária deste RPPS foi de acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 10.614/2016, sendo 20% o percentual de suplementação autorizado para exercício de 2017.



No exercício de 2017 foram criadas três Unidades Orçamentárias – UO distintas para o IPAJM, Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, desta forma para melhor análise estaremos evidenciando os dados por UO.

Informamos ainda, devido a implantação no SIGEFES no exercício de 2014, consideramos o período de 2014 a 2017 para as referidas análises.

UO 60201 – IPAJM

Análise das Receitas Arrecadadas

Informamos que o IPAJM é custeado com recursos provenientes da Taxa de Administração dos Fundos Financeiro e Previdenciário, conforme determina o art. 52 da LC 282/2004.

Ressaltamos que nos exercícios de 2014 a 2016 o valor da referida taxa era incluído na previsão da receita nas rubricas 16001309 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (2014) e 16001399 - OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS (2015 e 2016), no entanto, não era evidenciada na arrecadação pois a transferência financeira dos fundos para o IPAJM é realizada de forma extra orçamentária, por meio de interferência financeira. Desta forma, quando analisamos a receita prevista com a realizada nos períodos citados temos uma realização inferior a 6% em relação a receita prevista. No entanto, quando consideramos a taxa de administração esse percentual é superior a 80%.

A partir de 2017 o valor da taxa de administração não foi mais incluído na previsão orçamentária, desta forma, quando analisamos o Balanço Orçamentário a receita prevista na rubrica 16001309 - SERVICOS ADMINISTRATIVOS apresenta valores compatíveis com os valores realizados.

Na análise do período de 2014 a 2017, verificamos que o IPAJM não possui receitas significativas para custear as suas despesas, sendo dependente dos recursos da taxa de administração para realização das mesmas. No quadro 1 mostramos a evolução das receitas no período citado onde destacamos os valores registrados na rubrica 13281000 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA, que são provenientes da aplicação dos valores recebidos da taxa de administração.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Quadro 1:

600201	2014		2015		2016		2017	
	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ORÇADA (\$)
1 - RECEITAS CORRENTES	65.242.034,00	2.155.166,47	62.140.855,00	3.162.879,88	77.665.000,00	4.252.401,31	3.491.000,00	1.807.467,63
13 - RECEITA PATRIMONIAL	683.000,00	1.791.460,87	1.197.211,00	2.873.374,81	2.141.000,00	3.788.242,00	3.172.000,00	1.457.472,39
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	683.000,00	1.791.460,87	1.197.211,00	2.873.374,81	2.141.000,00	3.788.242,00	3.172.000,00	1.457.472,39
1322 - DIVIDENDOS	805,00	0,00						
132299 - OUTROS DIVIDENDOS	805,00	0,00						
13229900 - OUTROS DIVIDENDOS	805,00	0,00						
1325 - REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	0,00	6.632,72	0,00	2.250,19				
132503 - DEPÓSITOS DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0,00	6.632,72	0,00	2.250,19				
FONTES	0,00	6.632,72	0,00	2.250,19				
13250399 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0,00	6.632,72	0,00	2.250,19				
DIVERSOS								
1328 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	682.195,00	1.784.828,15	1.197.211,00	2.871.124,62	2.141.000,00	3.788.242,00	3.172.000,00	1.457.472,39
132810 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	682.195,00	1.784.828,15	1.197.211,00	2.871.124,62	2.141.000,00	3.788.242,00	3.172.000,00	1.457.472,39
13281000 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	682.195,00	1.784.828,15	1.197.211,00	2.871.124,62	2.141.000,00	3.788.242,00	3.172.000,00	1.457.472,39
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	64.523.135,00	345.285,91	60.943.255,00	265.486,99	75.510.000,00	290.045,07	293.000,00	314.785,07
160 - RECEITA DE SERVIÇOS	64.523.135,00	345.285,91	60.943.255,00	265.486,99	75.510.000,00	290.045,07	293.000,00	314.785,07
1600 - RECEITA DE SERVIÇOS	64.523.135,00	345.285,91	60.943.255,00	265.486,99	75.510.000,00	290.045,07	293.000,00	314.785,07
160013 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	64.523.135,00	345.285,91	60.943.255,00	265.486,99	75.510.000,00	290.045,07	293.000,00	314.785,07
16001309 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	64.523.135,00	0,00						
16001399 - OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	345.285,91	60.943.255,00	265.486,99	75.510.000,00	290.045,07	293.000,00	314.785,07
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.899,00	18.419,69	389,00	24.010,06	14.000,00	174.114,24	26.000,00	35.210,17
191 - MULTAS E JUROS DE MORA			0,00	6.338,86				
1918 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS			0,00	6.338,86				
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA			0,00	6.338,86				
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA			0,00	6.338,86				
192 - INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	35.899,00	0,00	0,00	5.872,84	7.000,00	157.066,52	13.000,00	22.799,62
1921 - INDENIZACÕES					0,00	7,55		
192199 - OUTRAS INDENIZACÕES					0,00	7,55		
19219999 - OUTRAS INDENIZACÕES					0,00	7,55		
1922 - RESTITUIÇÕES	35.899,00	0,00	0,00	5.872,84	7.000,00	157.058,97	13.000,00	22.799,62
192207 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							0,00	6.247,08
19220799 - OUTRAS RECUPERAÇÕES DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							0,00	6.247,08
192208 - RESTITUIÇÕES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO					0,00	15.982,87	7.000,00	16.552,54
19220800 - RESTITUIÇÕES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO					0,00	15.982,87	7.000,00	16.552,54
192209 - RESSARCIMENTOS A OUTRO ÓRGÃO	35.899,00	0,00	0,00	2.713,05	7.000,00	0,00	3.000,00	0,00
19220900 - RESSARCIMENTOS A OUTRO ÓRGÃO	35.899,00	0,00	0,00	2.713,05	7.000,00	0,00	3.000,00	0,00
192212 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS			0,00	3.159,79	0,00	4.280,00		
19221299 - OUTRAS RECUPERAÇÕES DE DESPESAS			0,00	3.159,79	0,00	4.280,00		
192216 - RESTITUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES PIS/PASEP					0,00	136.796,10	3.000,00	0,00
19221600 - RESTITUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES PIS/PASEP					0,00	136.796,10	3.000,00	0,00
199 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	18.419,69	389,00	11.798,36	7.000,00	17.047,72	13.000,00	12.410,55
1990 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	18.419,69	389,00	11.798,36	7.000,00	17.047,72	13.000,00	12.410,55
199002 - RECEITA DE ONUS DE SUCUMBÊNCIA AÇÃO JUDICIAL	0,00	517,37						
19900201 - HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	0,00	517,37						
199099 - OUTRAS RECEITAS	0,00	17.902,32	389,00	11.798,36	7.000,00	17.047,72	13.000,00	12.410,55
19909999 - OUTRAS RECEITAS	0,00	17.902,32	389,00	11.798,36	7.000,00	17.047,72	13.000,00	12.410,55
2 - RECEITAS DE CAPITAL	10.623,00	0,00					0,00	34.200,00
22 - ALIENAÇÃO DE BENS	10.623,00	0,00					0,00	34.200,00
221 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.623,00	0,00					0,00	34.200,00
2216 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS VINCULADOS							0,00	34.200,00
221603 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS							0,00	34.200,00
22160300 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS							0,00	34.200,00
2219 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	10.623,00	0,00						
221999 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	10.623,00	0,00						
22199900 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	10.623,00	0,00						
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	17.087,00	486,88	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	17.087,00	486,88	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
792 - INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	17.087,00	486,88	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
7922 - RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	17.087,00	486,88	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
792209 - RESSARCIMENTO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES A DISPOSIÇÃO EM OUTRO ÓRGÃO DO GOVERNO ESTADUAL	0,00	0,00	17.087,00	486,88	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
79220900 - RESSARCIMENTO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES A DISPOSIÇÃO EM OUTRO ÓRGÃO DO GOVERNO ESTADUAL	0,00	0,00	17.087,00	486,88	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
TOTAL (A)	65.252.657,00	2.155.166,47	62.157.942,00	3.163.366,76	77.666.000,00	4.252.401,31	3.492.000,00	1.841.667,63
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (B)	0,00	61.071.652,10	0,00	74.348.930,52	0,00	59.852.698,02		
TOTAL GERAL (A+B)	65.252.657,00	63.226.818,57	62.157.942,00	77.512.297,28	77.666.000,00	64.105.099,33	3.492.000,00	1.841.667,63



Análise das Despesas Executadas

Em relação as despesas executadas pelo IPAJM no período em análise, conforme demonstrado no Quadro 2, informamos que a fixação da despesa para 2015 teve um decréscimo de 7,48% em relação ao exercício de 2014, nos anos de 2016 e 2017 teve um acréscimo de 36,28% e 4,94%, respectivamente.

Ressaltamos que para exercício de 2015 elaboramos a proposta orçamentária tendo como base a média da despesa executada até o mês de julho/2014. A partir de 2016 as propostas encaminhadas contemplavam o possível início da sede do IPAJM, evidenciada em Investimentos.

Quadro 2:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA			
	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES	56.644.288,00	53.232.957,00	63.669.000,00	67.520.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.280.000,00	18.195.243,00	22.441.000,00	26.790.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	410.000,00	725.000,00	1.388.000,00	1.620.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.954.288,00	34.312.714,00	39.840.000,00	39.110.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.953.314,00	3.755.000,00	13.997.000,00	13.980.000,00
INVESTIMENTOS	1.508.314,00	260.000,00	10.513.000,00	10.215.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.445.000,00	3.495.000,00	3.484.000,00	3.765.000,00
Total das Despesas	61.597.602,00	56.987.957,00	77.666.000,00	81.500.000,00
% Crescimento	0	-7,48%	36,28%	4,94%

No quadro 3, demonstramos as despesas empenhadas no período evidenciando o aumento das despesas nos exercícios, bem como a utilização da despesa fixada demonstrada no quadro 2.

Neste quadro, destacamos que em Outras Despesas Correntes está incluído o pagamento mensal ao PASEP referente as receitas do IPAJM, Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário. Em 2017 o PASEP representa o montante de R\$ 30.927.653,04. Além do PASEP mensal temos o parcelamento evidenciado nas rubricas Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida.

Destacamos também que na despesa de Pessoal e Encargos está incluído o valor do aporte financeiro ao Fundo Financeiro para custear a despesa de inativos e pensionistas do IPAJM. Em 2017 foram repassados ao Fundo Financeiro o montante de R\$ 8.892.890,08.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Quadro 3:

DESPESAS	DESPESAS EMPENHADAS				
	EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES		48.470.070,31	51.121.093,62	55.497.397,80	58.288.001,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.213.275,99	17.812.193,19	19.365.694,94	18.847.034,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		310.968,88	718.496,10	1.173.986,83	1.594.928,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.945.825,44	32.590.404,33	34.957.716,03	37.846.038,68
DESPESAS DE CAPITAL		4.260.841,07	3.663.047,00	3.741.292,11	3.796.039,83
INVESTIMENTOS		1.234.658,34	176.659,38	257.393,19	312.140,91
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		3.026.182,73	3.486.387,62	3.483.898,92	3.483.898,92
Total das Despesas		52.730.911,38	54.784.140,62	59.238.689,91	62.084.041,53
% Crescimento		0	3,89%	8,13%	4,80%
% Execução do Orçamento		85,61%	96,13%	76,27%	76,18%

DESPESAS	DESPESAS LIQUIDADAS				
	EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES		44.088.023,87	50.044.369,93	55.118.136,75	57.292.511,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.208.604,75	17.511.636,03	19.365.694,94	18.735.029,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		310.968,88	718.496,10	1.173.986,83	1.594.928,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.568.450,24	31.814.237,80	34.578.454,98	36.962.553,10
DESPESAS DE CAPITAL		4.200.197,89	3.572.972,43	3.617.864,96	3.715.025,95
INVESTIMENTOS		1.174.015,16	86.584,81	133.966,04	231.127,03
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		3.026.182,73	3.486.387,62	3.483.898,92	3.483.898,92
Total das Despesas		48.288.221,76	53.617.342,36	58.736.001,71	61.007.537,92
% Crescimento		0	11,04%	9,55%	3,87%

DESPESAS	DESPESAS PAGAS				
	EXERCÍCIO	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES		44.010.429,55	47.172.256,44	51.970.498,13	53.878.161,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.174.978,40	17.489.975,97	19.343.561,79	18.713.567,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		310.968,88	718.496,10	1.173.986,83	1.594.928,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.524.482,27	28.963.784,37	31.452.949,51	33.569.664,41
DESPESAS DE CAPITAL		4.185.138,37	3.572.972,43	3.617.864,96	3.715.025,95
INVESTIMENTOS		1.174.015,16	86.584,81	133.966,04	231.127,03
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		3.011.123,21	3.486.387,62	3.483.898,92	3.483.898,92
Total das Despesas		48.195.567,92	50.745.228,87	55.588.363,09	57.593.186,98
% Crescimento			5,29%	9,54%	3,61%

Apuração do resultado orçamentário

Em relação ao resultado orçamentário, destacamos que no decorrer em análise obtivemos economia orçamentária tendo em vista que a execução da despesa não superou a 80% da despesa fixada. Em relação a otimização da receita, informamos que a taxa de administração é a fonte principal de recursos utilizada para custear as despesas evidenciadas no Quadro 3, sendo que os recursos financeiros não utilizados no exercício são devolvidos aos respectivos fundos de acordo com o Decreto 1434-R/2005.



Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando os valores pagos e cancelados

No quadro 4 demonstramos a movimentação dos Restos a Pagar Processados e não Processados no período de 2014 a 2017, evidenciando os valores inscritos, pagos e cancelados. Ressaltamos que os valores apresentados em Restos a Pagar (saldo) são referentes ao PASEP mensal de dezembro, cujo vencimento é o mês de janeiro do exercício seguinte, no exercício de 2017 o valor PASEP representa o valor de R\$ 3.182.272,36 dos Restos a Pagar Processados. Em relação aos Restos a Pagar não Processados são saldos de empenho que serão utilizados para custear despesas de dezembro. Em 2017, destacamos o valor referente ao PASEP e demais contratos, que devido ao Decreto Encerramento não teve tempo hábil para a devida liquidação no mês citado.

Quadro 4

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	NO EXERCÍCIO (b)			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2014	5.610.932,63	4.442.689,62	2.896.326,19	2.714.606,44	4.442.689,62
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2014	128.720,49	92.653,84	57.249,60	0,00	164.124,73
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2015	4.442.689,62	1.166.798,26	3.063.803,62	1.378.868,84	1.166.815,42
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2015	164.124,73	2.872.113,49	46.594,92	109.192,73	2.880.450,57
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2016	1.166.815,42	502.688,20	522.341,01	644.474,41	502.688,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2016	2.880.450,57	3.147.638,62	2.871.926,82	8.337,08	3.147.825,29
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2017	502.688,20	1.076.503,61	267.683,12	206.000,70	1.105.507,99
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2017	3.147.825,29	3.414.350,94	3.147.447,87	0,00	3.414.728,36

Movimentação orçamentária realizada no exercício

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento aprovado devido a uma alteração na proposta de fixação de despesa para custeio, onde houve redução em R\$ 6 milhões, ação 2070 – Adm. Da Unidade, e adicionando em despesas com pessoal, ação 2095 – Rem. De Pessoal Ativos e Encargos. Conforme orientação contida no processo 76703592, foram realizados os remanejamentos internos e alteração de QDD necessários para viabilizar a execução orçamentária de acordo com as necessidades da autarquia. Os procedimentos citados foram realizados por meio dos Decretos: nº 708-S, de 04/05/2017, nº 1546-S, de 09/10/2017, nº 1877-S, de 06/12/2017, e o de nº 1679-S (processo 79890466), de 08/12/2017, totalizando R\$ 2,2 milhões. Todas as solicitações foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Instituto.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

UO 60210 – FUNDO FINANCEIRO

Análise das Receitas Arrecadadas

QUADRO 1

600210	2014	2015	2016	2017
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ARRECADADA (\$)
1 - RECEITAS CORRENTES	272.539.116,75	283.970.735,26	281.886.279,46	260.302.212,43
12 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	257.140.770,50	260.542.815,91	250.638.941,74	235.078.062,11
121 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	257.140.770,50	260.542.815,91	250.638.941,74	235.078.062,11
1210 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	257.140.770,50	260.542.815,91	250.638.941,74	235.078.062,11
121029 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS REGIME PRÓPRIO	257.131.496,65	260.520.890,38	250.638.941,74	235.078.062,11
12102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - ATIVO CIVIL	1.919.090,71	1.341.393,06	3.571.716,65	2.546.002,95
12102907 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	139.018.835,95	140.583.226,67	130.921.730,12	120.596.808,27
12102908 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	44.808.018,16	45.699.671,38	45.239.464,25	42.400.785,49
12102909 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	38.064.747,66	40.835.408,82	41.203.965,36	40.972.133,23
12102910 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	14.904.679,00	14.308.333,27	13.495.629,96	13.438.656,27
12102911 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	15.478.724,19	15.132.537,03	14.101.131,38	13.899.387,81
12102912 - CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR PENSIONISTA MILITAR	2.937.400,98	2.620.320,15	2.105.304,02	1.224.288,09
121049 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	9.273,85	21.925,53	0,00	0,00
12104901 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	9.273,85	21.925,53	0,00	0,00
13 - RECEITA PATRIMONIAL	7.737.453,27	9.778.710,95	10.737.218,99	11.757.834,16
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.737.453,27	9.778.710,95	10.737.218,99	11.757.834,16
1328 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	7.737.453,27	9.778.710,95	10.737.218,99	11.757.834,16
132810 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	7.737.453,27	9.524.355,43	10.737.218,99	11.757.834,16
13281000 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	7.737.453,27	9.524.355,43	10.737.218,99	11.757.834,16
132820 - REMUNERAÇÃO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	0,00	254.355,52	0,00	0,00
13282000 - REMUNERAÇÃO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	0,00	254.355,52	0,00	0,00
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	632,78	0,00	0,00	0,00
160 - RECEITA DE SERVIÇOS	632,78	0,00	0,00	0,00
1600 - RECEITA DE SERVIÇOS	632,78	0,00	0,00	0,00
160099 - OUTROS SERVIÇOS	632,78	0,00	0,00	0,00
16009999 - OUTROS SERVIÇOS	632,78	0,00	0,00	0,00
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.660.260,20	13.649.208,40	20.510.118,73	13.466.316,16
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	79.732,17	340.644,37	228.044,38	53.294,46
1912 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	99,80	174.180,53	143.437,96	33.139,11
191229 - MULTAS/JUROS MORA CONTR REG PROP PREV	99,80	174.180,53	143.437,96	33.139,11
19122901 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	95,28	84.104,76	119.130,86	16.935,69
19122902 - MULTAS/JUROS CONTR. SERVIDOR REGIME PROP. PREV	4,52	90.075,77	24.307,10	16.203,42
1918 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	78.975,96	166.463,84	84.606,42	20.155,35
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	78.975,96	166.463,84	84.606,42	20.155,35
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	78.975,96	166.463,84	84.606,42	20.155,35
1919 - MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	656,41	0,00	0,00	0,00
191999 - OUTRAS MULTAS	656,41	0,00	0,00	0,00
19199999 - OUTRAS MULTAS	656,41	0,00	0,00	0,00
192 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.258.042,79	12.951.575,55	18.384.214,13	13.182.954,85
1922 - RESTITUIÇÕES	7.258.042,79	12.951.575,55	18.384.214,13	13.182.954,85
192207 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	76.543,27	1.243,32	60.299,64
19220799 - OUTRAS RECUPERAÇÕES DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0,00	76.543,27	1.243,32	60.299,64
192208 - RESTITUIÇÕES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	59.925,77	2.286.317,18	1.659.479,02
19220800 - RESTITUIÇÕES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	59.925,77	2.286.317,18	1.659.479,02
192210 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE RGPS E RPPS	7.258.042,79	12.815.106,51	16.096.653,63	11.415.005,45
19221001 - COMPENSAÇÕES FINANC ENTRE RGPS E RPPS-PRINCIP	7.258.042,79	12.815.106,51	16.096.653,63	11.415.005,45
192212 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	808,76
19221299 - OUTRAS RECUPERAÇÕES DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	808,76
192299 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	47.361,98
19229904 - RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	47.361,98
193 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	21.477,75	50.067,05	0,00
1932 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	21.477,75	50.067,05	0,00
193299 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	21.477,75	50.067,05	0,00
19329999 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - OUTRAS RECEITAS	0,00	21.477,75	50.067,05	0,00
199 - RECEITAS DIVERSAS	322.485,24	335.510,73	1.847.793,17	230.066,85
1990 - RECEITAS DIVERSAS	322.485,24	335.510,73	1.847.793,17	230.066,85
199002 - RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA AÇÃO JUDICIAL	716,78	0,00	0,00	0,00
19900201 - HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	716,78	0,00	0,00	0,00
199099 - OUTRAS RECEITAS	321.768,46	335.510,73	1.847.793,17	230.066,85
19909999 - OUTRAS RECEITAS	321.768,46	335.510,73	1.847.793,17	230.066,85
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.676.062.096,34	1.771.433.747,87	1.918.552.562,37	2.104.739.902,74
72 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.676.055.780,33	1.771.431.935,37	1.918.390.601,55	2.104.738.442,09
721 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.676.055.780,33	1.771.431.935,37	1.918.390.601,55	2.104.738.442,09
7210 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.676.055.780,33	1.771.431.935,37	1.918.390.601,55	2.104.738.442,09
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PÚBLICO	1.676.055.780,33	1.771.431.935,37	1.918.390.601,55	2.104.738.442,09
72102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	276.867.779,83	281.452.420,91	256.928.414,96	231.790.081,54
72102902 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	89.563.250,30	91.396.811,34	90.497.912,65	85.137.728,23
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	1.309.624.750,20	1.398.582.703,12	1.570.964.273,94	1.787.810.632,32
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.316,01	1.812,50	161.960,82	1.460,65
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	6.316,01	1.812,50	161.960,82	1.460,65
7912 - MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	6.316,01	1.812,50	161.960,82	1.460,65
791229 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIB PARA O RPPS	6.316,01	1.812,50	161.960,82	1.460,65
79122901 - MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	6.316,01	1.812,50	161.960,82	1.460,65
79122902 - MULTAS / JUROS DE MORA DAS CONTRIB DO SERVIDOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL ARRECADADO	1.948.601.213,09	2.055.404.483,13	2.200.438.841,83	2.365.042.115,17
APORTE DOS OUTROS PODERES	176.686.246,14	181.948.194,12	195.476.845,49	226.630.593,76
TOTAL ARRECADADAÇÃO	2.125.287.459,23	2.237.352.677,25	2.395.915.687,32	2.591.672.708,93



No Quadro 1 evidenciamos a Receita Arrecadada no Fundo Financeiro no período de 2014 a 2017, destacamos os valores dos aportes recebidos do Poder Executivo estão contabilizados na rubrica "72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL", a transferência financeira dos valores referentes ao aporte dos Outros Poderes realiza-se por meio de interferência financeira, ou seja, de forma extra orçamentária. Somente a receita na rubrica citada referente ao Poder Executivo já evidencia a situação deficitária do Fundo Financeiro, uma vez que representa mais de 70% das receitas arrecadadas.

Outro ponto relevante é a queda nas contribuições previdenciárias parte do servidor e patronal, tal queda é devido ao número de servidores ativos que se tornaram inativos em 2017, cerca de 2 mil servidores.

PARTIPAÇÃO DO APORTE NA RECEITA ARRECADADA	2014	2015	2016	2017
Assembleia Legislativa	18.757.984,38	20.055.497,57	21.846.343,33	22.161.723,40
Tribunal de Contas	22.721.886,39	24.445.386,04	25.547.169,92	24.182.134,62
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça	96.408.731,06	100.844.154,56	118.137.969,40	146.315.268,49
Ministério Público	38.797.644,31	36.603.155,95	29.945.362,84	33.971.467,25
Poder Executivo	1.309.624.750,20	1.398.582.703,12	1.570.961.048,35	1.787.810.632,32
TOTAL DO APORTE (A)	1.486.310.996,34	1.580.530.897,24	1.766.437.893,84	2.014.441.226,08
TOTAL DA ARRECAÇÃO (B)	2.125.287.459,23	2.237.352.677,25	2.395.915.687,32	2.591.672.708,93
PARTIPAÇÃO DO APORTE NA RECEITA ARRECADADA (A/B)	69,93%	70,64%	73,73%	77,73%

Análise das Despesas Executadas

No Quadro 2 evidenciamos a despesa liquidada de inativos e pensionistas do Fundo Financeiro do período de 2014 a 2017. Ressaltamos que no exercício de 2015 foram registrados como outras despesas o montante de R\$ 3.682.419,04 referente a pagamento e precatórios realizados pela Secretaria da Fazenda, ou seja, valores que foram repassados para o Tribunal de Justiça para quitação de precatórios de servidores inativos/pensionistas do Fundo Financeiro.

QUADRO 2

FUNDO FINANCEIRO	DESPESA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	DESPESA REALIZADA
	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.086.478.866,23	2.194.880.657,12	2.332.226.996,94	2.499.014.659,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.682.419,04	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	2.086.478.866,23	2.198.563.076,16	2.332.226.996,94	2.499.014.659,42
DESPESAS DE CAPITAL				
Total do órgão	2.086.478.866	2.198.563.076	2.332.226.997	2.499.014.659



Apuração do resultado orçamentário

Considerando a receita arrecadada e a despesa liquidada no Fundo Financeiro no período de 2014 – 2017, apresentamos no Quadro 3 a evolução da receita e da despesa do Fundo Financeiro.

Nos exercícios de 2014 e 2015 a diferença entre a receita orçada e a despesa fixada foi devido a necessidade de suplementações orçamentárias para a execução da despesa, a partir de 2016 o orçamento foi executado na sua totalidade de acordo com despesa fixada inicialmente na Lei Orçamentária, os créditos orçamentários ocorridos tiveram como fonte de anulação recursos do próprio fundo, ou seja, foram necessários somente remanejamentos entre as ações orçamentárias. Em 2017, a diferença apresentada entre a receita prevista e a despesa fixada é referente a taxa de administração que é realizada por meio interferência financeira. A partir de 2017, devido a transferência da taxa de administração, o equilíbrio orçamentário entre a receita prevista e despesa fixada é evidenciada somente no balanço orçamentário do órgão.

Em relação aos valores positivos apresentados entre a receita e despesa realizadas são referentes a receitas provenientes de rendimentos, compensação previdenciária, devolução da taxa de administração e outras receitas que não são utilizadas no cálculo mensal do aporte. Normalmente, considerando que o fundo financeiro é de repartição de simples, as receitas citadas são utilizadas no cálculo do aporte do exercício seguinte.

QUADRO 3

600210 ESPECIFICAÇÃO	2014		2015		2016		2017	
	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)
TOTAL ARREC. ORÇAMENTARIA	1.833.367.336,00	1.948.601.213,09	2.186.893.953,00	2.055.404.483,13	2.606.836.206,00	2.200.438.841,83	2.616.099.000,00	2.365.042.115,17
APORTE DOS OUTROS PODERES		176.686.246,14		181.948.194,12		195.476.845,49		226.630.593,76
TOTAL ARRECADADAÇÃO	1.833.367.336,00	2.125.287.459,23	2.186.893.953,00	2.237.352.677,25	2.606.836.206,00	2.395.915.687,32	2.616.099.000,00	2.591.672.708,93
% de Realização do Orçamento		115,92%		102,31%		91,91%		99,07%

FUNDO FINANCEIRO	DESPESA FIXADA 2014	DESPESA REALIZADA 2014	DESPESA FIXADA 2015	DESPESA REALIZADA 2015	DESPESA FIXADA 2016	DESPESA REALIZADA 2016	DESPESA FIXADA 2017	DESPESA REALIZADA 2017
DESPESAS CORRENTES								
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.091.034.899,00	2.086.478.866,23	2.200.580.599,00	2.194.880.657,12	2.604.736.206,00	2.332.226.996,94	2.550.000.000,00	2.499.014.659,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.437,00	0,00	3.763.711,00	3.682.419,04	2.100.000,00	0,00	6.099.000,00	0,00
Total Despesas Correntes	2.091.092.336,00	2.086.478.866,23	2.204.344.310,00	2.198.563.076,16	2.606.836.206,00	2.332.226.996,94	2.556.099.000,00	2.499.014.659,42
DESPESAS DE CAPITAL								
Total do órgão	2.091.092.336,00	2.086.478.866,23	2.204.344.310,00	2.198.563.076,16	2.606.836.206,00	2.332.226.996,94	2.556.099.000,00	2.499.014.659,42
% de Execução do Orçamento		99,78%		99,74%		89,47%		97,77%
Resultado Orçamentário	-257.725.000,00	38.808.593,00	-17.450.357,00	38.789.601,09	0,00	63.688.690,38	60.000.000,00	92.658.049,51

Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando os valores pagos e cancelados

No quadro 4 demonstramos a movimentação dos Restos a Pagar Processados e não Processados nos exercícios de 2014 a 2017, informamos que os pagamentos aos inativos



e pensionistas do mês de dezembro foram realizados no próprio mês. Em 2017 os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 1.303,72, conforme Guias de Devolução 2017GD00194 e 2017GD00192, nos valores de R\$ 219,27 e R\$ 1.084,42, respectivamente, referem-se a devoluções de benefícios onde o empenho não foi anulado no próprio exercício e estaremos regularizando em 2018;

QUADRO 4

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	NO EXERCÍCIO (b)			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2014	0	102.770,09	0	0	102.770,09
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2014	2.815,06	4.137,77	0	1.618,00	5.334,83
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2015	102.770,09	0	0	102.770,09	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2015	5.334,83	0	264,31	5.070,52	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2016	0,00	4.865,90	0	0	4.865,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2016	0,00	0	0	0	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2017	4.865,90	0	4.865,90	0	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2017	0,00	1.303,72	0	0	1.303,72

Movimentação orçamentária realizada no exercício

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e as anulações foram de ações que estavam orçadas a maior. O montante de crédito suplementar no exercício foi de R\$ 92.720.000,00, conforme Decretos: nº 1584-S, de 17/10/2017 e o de nº 1963-S, de 19/12/2017, todos aprovados pelo Conselho de Administração do Instituto. No que se refere a Crédito Adicional Especial ou extraordinário, estes instrumentos não foram utilizados pelo Fundo no exercício de 2017.

UO 60211 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Análise das Receitas Arrecadadas

No Quadro 1 evidenciamos a receita arrecadada do Fundo Previdenciário no período de 2014 a 2017.

No demonstrativo da receita, destacamos os valores registrados como receita patrimonial, referente as remunerações provenientes dos investimentos do RPPS.

No exercício de 2017 a receita de rendimentos foi no montante de R\$ 328.731.869,73, representando aproximadamente a 48% das receitas arrecadadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

QUADRO

1

600211	2014	2015	2016	2017
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ARRECADADA (\$)	ARRECADADA (\$)
1 - RECEITAS CORRENTES	228.300.655,77	309.649.954,26	441.262.814,11	451.502.676,68
12 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	90.247.897,27	107.289.946,65	116.059.249,15	122.543.137,77
121 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	90.247.897,27	107.289.946,65	116.059.249,15	122.543.137,77
1210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	90.247.897,27	107.289.946,65	116.059.249,15	122.543.137,77
121029 - CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS REGIME PROPRIO	90.247.897,27	107.289.946,65	116.059.249,15	122.543.137,77
12102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL - ATIVO CIVIL	172.876,40	188.763,15	215.566,53	358.654,26
12102907 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	74.368.552,43	86.822.425,65	93.270.831,56	97.367.339,68
12102908 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	15.667.739,12	20.217.558,08	22.487.988,20	22.839.869,74
12102909 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	13.443,46	27.431,48	32.912,59	1.568.216,04
12102910 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	2.178,20	1.678,03	152,49	167.799,69
12102911 - CONTRIBUICAO DE SERVIDOR PENSIONISTA CIVIL	23.107,66	32.090,26	51.797,78	219.830,25
12102912 - CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA MILITAR				21.428,11
121049 - CONTRIBUICAO SOBRE COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA E PENSAO		0,00		
12104901 - CONTRIBUICAO SOBRE COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA E PENSAO		0,00		
13 - RECEITA PATRIMONIAL	138.051.771,08	202.349.316,73	324.821.797,10	328.731.869,73
132 - RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	138.051.771,08	202.349.316,73	324.821.797,10	328.731.869,73
1325 - REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00			
132501 - DEPOSITOS DE RECURSOS DO TESOURO - VINCULADOS	0,00			
13250117 - RECURSOS DOS FUNDOS	0,00			
132503 - DEPOSITOS DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0,00			
13250399 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES DIVERSOS	0,00			
1328 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	138.051.771,08	202.349.316,73	324.821.797,10	328.731.869,73
132810 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	131.126.821,32	196.154.658,78	315.952.060,47	321.131.078,71
13281000 - REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	131.126.821,32	196.154.658,78	315.952.060,47	321.131.078,71
132820 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	6.924.949,76	6.194.657,95	8.869.736,63	7.600.791,02
13282000 - REMUNERACAO INVESTIMENTOS EM RENDA VARIAVEL	6.924.949,76	6.194.657,95	8.869.736,63	7.600.791,02
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	987,42	10.690,88	381.767,86	227.669,18
191 - MULTAS E JUROS DE MORA	158,82	10.690,85	47.123,60	15.278,44
1912 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	158,82	10.690,85	44.185,79	15.278,44
191229 - MULTAS/JUROS MORA CONTR REG PROP PREV	158,82	10.690,85	44.185,79	15.278,44
19122901 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIBUICAO PATRONAL	60,14	7.709,79	29.454,24	10.803,66



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

19122902 - MULTAS/JUROS CONTR. SERVIDOR REGIME PROP. PREV	98,68	2.981,06	14.731,55	4.474,78
1918 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	2.937,81	0,00
191899 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	2.937,81	0,00
19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		0,00	2.937,81	0,00
192 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	828,60	0,00	331.001,87	212.390,65
1922 - RESTITUIÇÕES	828,60	0,00	331.001,87	212.390,65
192207 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	276.400,49	0,00
19220799 - OUTRAS RECUPERACOES DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	276.400,49	0,00
192208 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	54.601,38	166.270,31
19220800 - RESTITUICOES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	54.601,38	166.270,31
192210 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	46.120,34
19221001 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	46.120,34
192212 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO				
19221299 - OUTRAS RECUPERAÇÕES DE DESPESAS DO EXERCÍCIO				
192299 - OUTRAS RESTITUICOES	828,60	0,00		
19229904 - RESTITUICOES DIVERSAS	828,60	0,00		
199 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,03	3.642,39	0,09
1990 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,03	3.642,39	0,09
199099 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,03	3.642,39	0,09
19909999 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,03	3.642,39	0,09
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
259 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	
2599 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	
259903 - RECUPERACAO DE DESP DE EXERC ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	
25990300 - RECUPERACAO DE DESP DE EXERC ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	178.721.413,55	215.518.202,19	231.479.936,04	240.034.444,74
72 - RECEITA DE CONTRIBUICOES	178.711.730,59	215.518.145,07	231.475.863,69	240.034.393,31
721 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	178.711.730,59	215.518.145,07	231.475.863,69	240.034.393,31
7210 - CONTRIBUICOES SOCIAIS	178.711.730,59	215.518.145,07	231.475.863,69	240.034.393,31
721029 - CONTRIB P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV PUBLICO	178.711.730,59	215.518.145,07	231.475.863,69	240.034.393,31
72102901 - CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	147.369.356,78	175.081.656,96	186.499.828,95	194.305.912,82
72102902 - CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO MILITAR	31.342.373,81	40.436.488,11	44.976.034,74	45.728.480,49
72102913 - CONTRIB PREVID PARA AMORT DEFICIT ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
79 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.682,96	57,12	4.072,35	51,43
791 - MULTAS E JUROS DE MORA	9.682,96	57,12	4.072,35	51,43
7912 - MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIBUICOES	9.682,96	57,12	4.072,35	51,43
791229 - MULTAS/JUROS MORA DA CONTRIB PARA O RPPS	9.682,96	57,12	4.072,35	51,43
79122901 - MULTAS/JUROS MORA DAS CONTRIB PATRONAIS	9.682,96	57,12	4.072,35	51,43
79122902 - MULTAS/JUROS DE MORA DAS CONTRIB DO SERVIDOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	407.022.069,32	525.168.156,45	672.742.750,15	691.537.121,42



Análise das Despesas Executadas

No Quadro 2 evidenciamos a despesa liquidada do Fundo Previdenciário no período de 2014-2017, destacamos o aumento da despesa no ano de 2017 devido a migração de servidores do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário em decorrência da alteração na Lei 282/2004:

"Art. 50. *Fica facultada a transferência de parte de provisão matemática das aposentadorias e respectivas pensões vinculadas ao Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, por meio da utilização de seu superávit, condicionando-se:*

I - *a preservação da margem de segurança de 25% (vinte e cinco por cento) de superávit técnico com o fito de resguardar o seu equilíbrio financeiro e atuarial;*

II - *o valor a ser utilizado para transferência fica limitado ao aprovado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Fazenda, apurado em estudo atuarial elaborado para esta finalidade. (NR) (Artigo 50 nova redação dada pela Lei Complementar nº 836 que incluiu os incisos I e II) ".*

Ressaltamos, conforme já relatado nas notas explicativas, o IPAJM fez consulta formal a SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL solicitando a revisão da segregação da massa de segurados objeto da Lei Complementar Estadual nº 282, de 2004, onde submete a aprovação, em consonância com ao artigo 22 da Portaria MPS nº 403/20018. Em 21/11/2016, a SEG-ES recebeu o PARECER TÉCNICO Nº 177/2016/MF/SPPS/DRPSP/CGACI/CCOAT, emitido pela SPPS, onde analisou o solicitado e concluiu pela aprovação da revisão da segregação de massa (processo nº 76193624), desde que:

" 15.1 – Sejam Transferidos do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário até 1.438 segurados que representam R\$ 592.882.292,81 de obrigações previdenciárias e solvência expressa pelo índice de cobertura de 1,25.

15.2 – O texto legal a ser aprovado reflita as considerações que viabilizam a alteração da segregação da massa, nos termos tratados no item 14 deste Parecer. "

Com isto, em 2017 há um aumento de despesa de pessoal no Fundo Previdenciário, em relação ao exercício de 2016, provocado pelo gasto com a compra de vidas, representando 86,8132% do total da despesa liquidado e pago pelo Fundo Previdenciário (R\$ 81.943.271,90).



QUADRO 2

600211	2014	2015	2016	2017
CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/MODALIDADE/NATUREZA	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA
60 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
DESPESAS CORRENTES	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
Percentual de Crescimento da Despesa		40,04%	38,83%	1260,41%

Apuração do resultado orçamentário

No Quadro 3 demonstramos a receita e a despesa do Fundo Previdenciário no período de 2014 a 2017.

QUADRO 3

Exercícios	2014	2015	2016	2017
Receita				
Prevista	258.407.569,00	420.167.426,00	480.004.000,00	619.972.000,00
Realizada	407.022.069,32	525.168.156,45	672.742.750,15	691.537.121,42
Superávit Orçamentário	148.614.500,32	105.000.730,45	192.738.750,15	71.565.121,42
Despesa				
Fixada	12.682.569,00	420.167.426,00	480.004.000,00	654.964.000,00
Executada	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
Superávit Orçamentário	9.584.426,07	415.828.692,88	473.980.585,87	573.020.728,10
Receita Realizada	407.022.069,32	525.168.156,45	672.742.750,15	691.537.121,42
Despesa Executada	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
Superávit /Deficit	403.923.926,39	520.829.423,33	666.719.336,02	609.593.849,52

No exercício de 2017 a reserva de contingência do RPPS foi fixada em R\$ 558.725.000,00, no entanto, quando analisamos a receita realizada com a despesa executada, obtemos o valor de R\$ 609.593.849,52, superavitária em relação ao valor fixado.

Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em restos a pagar, evidenciando os valores pagos e cancelados



No exercício de 2017 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 4,88, este refere-se à regularização promovida pelo cancelamento em 2017 do documento 2017NL00949, onde o empenho não foi anulado no próprio exercício devendo ser regularizado em 2018;

QUADRO 4

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	NO EXERCÍCIO (b)			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2014	0	0	0	0	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2014	0,00	781,93	0,00	0,00	781,93
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2015	0,00		0	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2015	781,93		564,85	217,08	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2017	0,00	4,88	0,00	0	4,88
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2017	0,00	0,00	0	0	0,00

Movimentação orçamentária realizada no exercício

Os Créditos Suplementares foram necessários para adequar o orçamento a uma necessidade de gasto maior do que o previsto inicialmente em determinada ação orçamentária e o montante de crédito suplementar no exercício foi de R\$ 70.300.000,00. Deste total, o montante de R\$ 17.300.000,00 foi proveniente de anulações de outras despesas e o montante de R\$ 53.000.000,00 foi proveniente de superávit financeiro, conforme Decretos: nº 062-S, de 25/01/2017, nº 627-S, de 19/04/2017, e o de nº 1963-S, de 19/12/2017, todos aprovados pelo Conselho de Administração do Instituto. No que se refere a Crédito Adicional Especial ou extraordinário, estes instrumentos não foram utilizados pelo Fundo no exercício de 2017.

5. Da Gestão Financeira

Evidenciação dos valores da receita de contribuição do servidor e patronal, por órgão devedor, competência do exercício e os valores efetivamente recebidos no exercício

Informamos que por meio do DEMREC evidenciamos a receita de contribuição do servidor e patronal, por órgão devedor, competência do exercício e os valores efetivamente recebidos no exercício. Ressaltamos que de acordo com o art. 42 da LC 282/2004 as



contribuições previdenciárias serão recolhidas até o 5º (quinto) dia útil após a data do efetivo pagamento dos segurados ativos, assim, dependendo do cronograma do pagamento dos servidores ativos as contribuições podem ser recolhidas no mês subsequente.

Em relação aos servidores cedidos o prazo é até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de sua competência, conforme art. 12 da LC 836/2016. As contribuições previdenciárias não recolhidas pelo órgão cessionário são cobradas do órgão cedente, ficando a emissão do Certificado de Regularidade de Situação – CRS condicionada a quitação das contribuições previdenciárias.

Evidenciação dos parcelamentos existentes no RPPS, demonstrando a lei autorizativa do parcelamento, número de parcelas, as competências que estão englobadas, a natureza dos valores parcelados (ex. contribuição de segurado patronal), os respectivos valores originais, atualizações, juros e os recebimentos recebidos no exercício, além do saldo para o exercício seguinte

Informamos que os parcelamentos de contribuições previdenciárias existentes estão evidenciados no demonstrativo RELPAR, sendo todos realizados no Fundo Financeiro. Esses débitos são provenientes de contribuições de servidores cedidos que na época não tiveram suas contribuições recolhidas pelo órgão cessionário.

A partir da LC 836/2016, caso o cessionário ou o órgão de exercício do mandato não efetue o repasse das contribuições ao IPAJM no prazo legal, caberá ao órgão ou entidade de origem efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

Atualmente temos somente três parcelamentos de contribuição previdenciária que não estão registrados contabilmente no SIGEFES devido à falta de amparo legal para cobrança do servidor, ou seja, caso o servidor deixe efetuar os pagamentos das contribuições as mesmas somente não serão consideradas para efeito de contagem de tempo de contribuição para aposentadoria, impossibilitando este instituto realizar a cobrança judicial, inscrição no CADIN ou dívida ativa, sendo esses parcelamentos controlados individualmente, por meio de processo, pela Subgerência de Arrecadação. No entanto, no exercício de 2018 estaremos verificando a possibilidade de estarmos evidenciando esses valores nos demonstrativos contábeis.

Ressaltamos que temos registrado no SIGEFES os parcelamentos decorrentes de benefícios sacados indevidamente (pagamento pós óbito, perda da condição de pensionista por maioria, casamento e outros), registrados na conta contábil “113616002 – Parcelamento a Receber decorrente de benefícios sacados indevidamente”,



esses parcelamentos foram realizados de acordo com a Portaria 092-R/2014 e 004-R/2016.

Apuração do resultado financeiro dos últimos cinco exercícios

IPAJM – Considerando o Decreto 1434-R/2005, a disponibilidade financeira apresentada no final de cada exercício deve ser devolvida aos Fundos Financeiro e Previdenciário de forma proporcional aos recebimentos da taxa de administração.

2014

BALANÇO PATRIMONIAL 2014 - UG 600201 IPAJM	
	Em R\$
ATIVO FINANCEIRO (A)	17.701.913,56
DISPONIVEL	17.701.913,56
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.488,70
APLICACOES FINANCEIRAS	17.422.345,90
RECURSOS VINCULADOS	277.078,96
PASSIVO FINANCEIRO (B)	4.883.893,31
DEPOSITOS	288.158,37
CONSIGNACOES	11.079,41
RECURSOS VINCULADOS	277.078,96
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	4.595.734,94
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - TODOS OS EXERCICIOS	153.045,32
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2014	4.442.689,62
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013 (A-B)	12.818.020,25
Fonte: SIGEFES/2014	
Transferência da Taxa de Administração de Novembro/2014	Em R\$
Transferencia da Taxa de 1,5% de novembro transf. 01/2015 (C)	5.550.737,59
Fundo Financeiro	4.648.500,98
Fundo Previdenciário	902.236,61
Precatórios	Em R\$
Pagamento de Precatórios - Ressarcimento SEFAZ	4.129.307,77
IPAJM (D)	446.888,73
Fundo Financeiro	3.682.419,04
SOBRA DE CAIXA DO IPAJM DE 2014 (A - B + C - D)	17.921.869,11

No exercício de 2014 o superávit financeiro apresentado foi no valor de R\$ 12.818.020,25, no entanto, para a devida apuração teve que ser incluído no ativo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

financeiro a taxa de administração do mês novembro/2014 que foi repassada em janeiro/2015, no montante de R\$ 5.550.737,59 e incluído no passivo financeiro o valor de R\$ 446.888,73 referente a ressarcimento a SEFAZ dos precatórios pagos do IPAJM.

Assim, em 2015 foram devolvidos para o Fundo Financeiro e Fundo Previdenciários os valores de R\$ 15.058.448,63 e R\$ 2.863.420,48, respectivamente.

FUNDO	VALOR REPASSADO EM 2014	VALOR A SER RATEADO	ALÍQUOTA DE RATEIO	VALOR A SER TRANSFERIDO
FINANCEIRO	55.977.968,95	17.921.869,11	84%	15.058.448,63
PREVIDENCIÁRIO	10.644.420,74	17.921.869,11	16%	2.863.420,48
TOTAL	66.622.389,69		100%	17.921.869,11

2015

BALANÇO PATRIMONIAL 2015- UG 600201 IPAJM	
	Em R\$
ATIVO FINANCEIRO (A)	22.911.451,69
DISPONIVEL	22.911.451,69
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00
APLICACOES FINANCEIRAS	22.911.451,69
PASSIVO FINANCEIRO (B)	4.056.020,97
DEPOSITOS	8.754,98
CONSIGNACOES	8.754,98
Restos a Pagar	4.047.265,99
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - TODOS OS EXERCICIOS	2.880.450,57
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.166.815,42
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 C = (A-B)	18.855.430,72

Em 2016 foram devolvidos para o Fundo Financeiro e Fundo Previdenciários os valores de R\$ 15.237.202,74 e R\$ 3.618.227,98, respectivamente.

FUNDO	VALOR REPASSADO EM 2015	VALOR A SER RATEADO	ALÍQUOTA DE RATEIO	VALOR A SER TRANSFERIDO
FINANCEIRO	60.081.880,10	18.855.430,72	81%	15.237.202,74
PREVIDENCIÁRIO	14.267.050,42		19%	3.618.227,98
TOTAL	74.348.930,52	18.855.430,72	100%	18.855.430,72



2016

BALANÇO PATRIMONIAL 2016 - UG 600201 IPAJM

	Em R\$
ATIVO FINANCEIRO (A)	8.901.521,26
Ativo Financeiro referente a Taxa de Administração (A.2 + A.4)	8.623.160,30
DISPONIVEL	8.901.521,26
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,97
A.1 - 021. 0106.0023996762	0,97
APLICACOES FINANCEIRAS	8.901.520,29
A.2 - 021. 0106.0018525527	8.618.339,33
A.3 - 021. 0106.0023996762	278.359,99
A.4 - 070. 0027.0000440097	4.820,97
PASSIVO FINANCEIRO (B)	3.724.834,90
B.1 - 622130100 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	331.371,29
B.2 - 622130200 - CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	171.316,91
B.3 - 622130300 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	3.147.638,62
B.4 - 218810100 - CONSIGNAÇÕES A PAGAR	73.420,73
B.5 - 218811400 - RETENÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA	900,68
B.5 - 632110000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	186,67
B.6 - 631100000 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00
RESULTADO FINANCEIRO DE 2016 C = (A.1-B)	4.898.325,40

Em 2017 foram devolvidos para o Fundo Financeiro e Fundo Previdenciários os valores de R\$ 3.849.913,38 e R\$ 1.048.412,02, respectivamente.

Ressaltamos que no exercício de 2016 devido a suficiência financeira no IPAJM não foram transferidas as taxas de administração dos meses de setembro, outubro e novembro.

FUNDO	VALOR REPASSADO EM 2016	VALOR A SER RATEADO	ALÍQUOTA DE RATEIO	VALOR A SER TRANSFERIDO
FINANCEIRO	47.042.138,66	4.898.325,40	78,60%	3.849.913,38
PREVIDENCIÁRIO	12.810.559,36		21,40%	1.048.412,02
TOTAL	59.852.698,02	4.898.325,40	100,00%	4.898.325,40



2017

BALANÇO PATRIMONIAL 2017 - UG 600201 IPAJM

		Em R\$
ATIVO FINANCEIRO (A)		24.679.591,62
Ativo Financeiro referente a Taxa de Administração (A.2 + A.3)		24.053.819,93
DISPONIVEL		24.679.591,62
BANCOS CONTA MOVIMENTO		0,00
A.1 - 021. 0106.0023996762		0,00
A.2 - 021. 0106.0018525527		0,00
APLICACOES FINANCEIRAS		24.679.591,62
A.1 - 021. 0106.0023996762		625.771,69
A.2 - 021. 0106.0018525527		24.041.754,66
A.3 - 070. 0027.0000440097		12.065,27
PASSIVO FINANCEIRO (B)		4.687.418,57
B.1 - 622130100 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		1.076.503,61
B.2 - 622130200 - CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO		0,00
B.3 - 622130300 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO A PAGAR		3.414.350,94
B.4 - 218810100 - CONSIGNAÇÕES A PAGAR		50.277,60
B.5 - 632110000 - RP PROCESSADOS A PAGAR Ex. Anteriores		377,42
B.6 - 631100000 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		0,00
B.7 - 631200000 - RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO		0,00
B.8 - 631300000 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADADOS A PAGAR		29.004,38
B.9 - 622220100- DESTAQUE CONCEDIDO		783.197,61
B.10 - 351120200 - REPASSE CONCEDIDO		-666.292,99
RESULTADO FINANCEIRO DE 2017 C = (A-B)		19.992.173,05

Em 2018 foram devolvidos para o Fundo Financeiro e Fundo Previdenciários os valores de R\$ 15.419.850,88 e R\$ 4.572.322,17, respectivamente.

FUNDO	VALOR REPASSADO EM 2016	VALOR A SER RATEADO	ALÍQUOTA DE RATEIO	VALOR A SER TRANSFERIDO
FINANCEIRO	62.115.333,13	19.918.256,74	77,13%	15.362.935,32
PREVIDENCIÁRIO	18.418.049,77		22,87%	4.555.321,42
TOTAL	80.533.382,90	19.918.256,74	100,00%	19.918.256,74

Ressaltamos que foram realizadas duas transferências em 2018, tendo em vista equívoco ocorrido no cálculo da disponibilidade devido a inclusão de cauções no passivo financeiro.

FUNDO	VALOR REPASSADO EM 2016	VALOR A SER RATEADO	ALÍQUOTA DE RATEIO	VALOR A SER TRANSFERIDO
FINANCEIRO	62.115.333,13	73.916,31	77,00%	56.915,56
PREVIDENCIÁRIO	18.418.049,77		23,00%	17.000,75
TOTAL	80.533.382,90	73.916,31	100,00%	73.916,31



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Fundo Financeiro – Apresentamos o Resultado Financeiro do Fundo Financeiro no período de 2014 a 2017, informamos que nos valores apresentados estão incluídas as contribuições previdenciárias do servidor e patronal do mês de dezembro que são utilizadas para pagar a folha do mês janeiro do ano subsequente. Informamos ainda que nos exercícios de 2016 e 2017, estão incluídas as receitas referentes a rendimentos financeiros e compensação previdenciária.

Período	FUNDO FINANCEIRO			
	2014	2015	2016	2017
Receita Realizada	2.125.287.459,23	2.237.352.677,25	2.395.915.687,32	2.591.672.708,93
Despesa Executada	2.086.478.866,23	2.198.563.076,16	2.332.226.996,94	2.499.014.659,42
Resultado Financeiro	38.808.593,00	38.789.601,09	63.688.690,38	92.658.049,51

Fundo Previdenciário

Período	FUNDO PREVIDENCIÁRIO			
	2014	2015	2016	2017
Receita Realizada	407.022.069,32	525.168.156,45	672.742.750,15	691.537.121,42
Despesa Executada	3.098.142,93	4.338.733,12	6.023.414,13	81.943.271,90
Resultado Financeiro	403.923.926,39	520.829.423,33	666.719.336,02	609.593.849,52

Evidenciação mensal do recebimento de aportes para cobertura de insuficiência financeira, segregado por Poder/órgão

Informamos que a evidenciação mensal do recebimento do aporte cobertura de insuficiência financeira, segregado por Poder/órgão, está comprovado no demonstrativo DEMTRA da prestação de Contas.

Em relação ao aporte informamos que no exercício de 2017 foi no montante de R\$ 2.014.441.226,08, sendo que os valores repassados pelo Poder Executivo foram realizados orçamentariamente, e dos Outros Poderes de foram realizados de forma extra orçamentária, por meio de interferência financeira.

ANO	2014	%	2.015	%	2.016	%	2.017	%
Assembleia Legislativa	18.757.984,38	1,26%	20.055.497,57	1,27%	21.846.343,33	1,24%	22.161.723,40	1,10%
Tribunal de Contas	22.721.886,39	1,53%	24.445.386,04	1,55%	25.547.169,92	1,45%	24.182.134,62	1,20%
Poder Judiciário - Tribunal de Justiça	96.408.731,06	6,49%	100.844.154,56	6,38%	118.713.503,29	6,72%	146.315.268,49	7,26%
Ministério Público	38.797.644,31	2,61%	36.603.155,95	2,32%	29.945.362,84	1,69%	33.971.467,25	1,69%
Poder Executivo	1.309.624.750,20	88,11%	1.398.582.703,12	88,49%	1.570.964.273,94	88,90%	1.787.810.632,32	88,75%
TOTAL DO APORTE POR ANO	1.486.310.996,34	100,00%	1.580.530.897,24	100,00%	1.767.016.653,32	100,00%	2.014.441.226,08	100,00%



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO




IPAJM

Unidade		600210 - FUNDO FINANCEIRO													
Conta Contábil		451320101 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS													
Mês		Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Total no Ano	Participação do Aporte
3647.010101	Assembleia Legislativa	1.939.352,52	1.714.486,94	1.889.876,63	1.831.912,26	1.926.766,48	1.736.919,25	1.821.678,96	1.755.744,52	1.723.942,94	1.879.766,88	1.862.613,91	2.058.663,11	22.161.723,40	1,10%
3647.020101	Tribunal de Contas	1.968.034,10	1.982.686,13	2.078.211,96	2.163.351,22	2.097.429,36	1.927.250,56	1.998.879,36	1.857.414,04	2.004.989,83	1.992.834,56	2.004.641,81	2.106.411,69	24.182.134,62	1,20%
3647.030101	Tribunal de Justiça	11.407.719,38	11.920.317,89	11.944.776,43	12.235.390,85	12.398.000,74	12.647.729,28	12.385.623,86	11.961.777,49	12.127.307,70	12.146.861,98	11.925.576,44	13.214.186,45	146.315.288,49	7,26%
3647.050101	Ministério Público	2.556.090,58	2.312.058,54	2.546.040,28	2.663.678,54	2.727.926,22	2.225.884,01	3.220.684,15	2.870.551,96	2.911.682,09	3.146.837,74	3.138.265,25	3.651.757,89	33.971.467,25	1,69%
4780.100201	RTV	334.656,77	324.732,62	327.340,02	328.486,78	340.811,02	323.444,81	330.255,56	348.424,81	320.045,77	370.500,14	371.504,32	427.779,66	4.147.982,28	0,21%
4780.220202	Junta Comercial	131.789,39	141.108,15	144.713,83	141.080,90	142.242,47	148.412,13	151.526,19	143.106,14	134.186,75	134.056,06	138.834,73	170.117,53	1.721.174,27	0,09%
4780.270201	Instituto Jones	634.755,11	643.348,30	648.008,93	724.011,21	682.740,27	685.049,79	649.395,89	651.521,88	650.525,56	687.197,56	682.091,96	821.719,52	8.160.365,98	0,41%
4780.280202	Diário Oficial	208.103,12	208.681,74	207.907,33	216.285,41	205.718,93	240.348,80	218.123,56	214.397,38	205.347,76	238.958,74	232.427,42	263.975,74	2.660.275,93	0,13%
4780.310201	IDAF	656.627,30	693.332,60	753.217,80	703.912,23	690.445,44	748.712,02	727.106,56	754.432,90	774.994,48	812.641,06	812.886,10	992.206,35	9.119.514,84	0,45%
4780.310202	INCAPER	1.544.321,46	1.660.505,80	1.684.962,14	1.647.235,67	1.703.512,01	1.121.812,72	1.755.654,48	1.763.809,59	1.805.905,97	1.920.641,68	1.765.899,22	2.172.270,13	20.546.530,87	1,02%
4780.350201	DER	1.148.282,35	1.084.756,15	1.101.665,02	1.140.635,53	1.220.674,83	1.204.416,04	1.178.850,96	1.201.060,43	1.248.728,47	1.201.946,37	1.255.977,29	1.549.125,51	14.536.118,95	0,72%
4780.420101	SEDU	55.332.998,83	54.767.476,83	56.055.075,79	55.928.972,45	56.389.729,43	57.166.056,68	60.901.053,21	60.628.841,04	60.816.994,19	60.702.078,72	59.852.326,57	78.671.120,40	717.212.724,14	35,60%
4780.420201	SEDU/FUNDEB	77.071,68	63.294,79	3.354,42	82.073,84	55.916,41	59.200,91	63.986,94	74.297,54	65.065,53	67.625,39	56.326,04	77.723,97	745.937,46	0,04%
4780.440901	Fundo de Saúde - FES	9.102.991,35	9.255.979,82	9.540.659,23	9.586.293,50	9.784.634,46	9.965.209,44	10.747.963,55	10.728.719,85	10.970.403,77	11.039.283,00	11.103.365,33	14.934.177,30	126.759.680,60	6,29%
4780.450101	SESP	889.728,12	935.974,56	974.958,17	923.791,57	1.048.723,43	978.220,13	950.175,87	943.843,67	393.988,55	373.458,34	374.281,33	484.814,48	8.671.958,22	0,43%
4780.450102	Polícia Civil	10.696.347,42	10.628.204,25	10.854.044,45	11.201.540,57	11.718.423,71	11.434.545,46	11.639.573,87	12.073.921,66	12.123.436,27	11.893.757,81	12.339.107,95	13.593.527,43	140.196.430,95	6,96%
4780.450103	Polícia Militar	32.381.028,53	33.126.543,56	33.095.808,82	36.336.212,11	36.001.363,26	35.948.991,13	36.560.943,47	35.739.808,44	36.651.860,18	36.728.751,19	36.908.887,65	43.756.747,94	433.207.946,28	21,51%
4780.450104	Corpo de Bombeiros	1.171.709,75	1.176.398,77	1.269.246,61	1.338.558,91	1.251.657,79	1.261.714,98	1.481.040,52	1.555.364,12	1.665.348,32	1.517.022,48	1.668.192,17	1.631.431,18	16.987.685,60	0,84%
4780.450202	DETRAN	634.632,21	618.321,79	628.881,44	661.014,65	599.446,53	726.578,82	660.882,36	693.693,56	655.377,30	700.939,84	754.310,64	931.443,62	8.265.322,76	0,41%
4780.480201	IASES	530.126,31	509.964,67	543.081,45	580.086,99	567.050,83	545.206,08	540.618,00	552.544,12	579.601,68	564.325,25	574.526,47	725.689,77	6.812.801,62	0,34%
4780.600201	IPAJM	653.607,88	635.036,06	685.917,24	645.589,32	681.097,78	624.644,28	703.596,33	680.789,82	720.464,81	683.591,74	682.531,11	716.612,27	8.113.478,66	0,40%
4780.800101	Engargos Gerais da SEGER	20.985.626,03	21.083.924,54	21.169.801,66	21.632.514,18	21.419.334,49	21.994.600,27	21.730.374,08	21.465.474,55	21.412.052,11	21.526.470,77	21.331.827,42	24.182.702,41	259.944.702,91	12,90%
TOTAL MENSAL		154.954.600,19	155.497.134,62	158.147.349,65	162.712.628,69	163.653.645,89	163.735.946,99	170.417.997,83	168.059.539,51	169.962.250,03	170.329.547,30	169.836.401,13	207.134.184,35	2.014.441.226,08	100,00%

6. Da Gestão dos Investimentos

O comitê de investimentos do IPAJM é composto por 3 membros, todos servidores efetivos desta autarquia, e certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) com a certificação CPA-20, conforme evidências a seguir:



Atestamos que

Bruno Tamanini Lopes

foi aprovado no Exame de Certificação desenvolvido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação CPA-20	1ª Certificação 04/12/2012	Última Atualização 22/10/2015	Vencimento* 22/10/2018
---------------------	----------------------------	-------------------------------	------------------------

Denise Paullina Pavarina
Denise Pavarina
Presidente

Documento emitido às 16:46:07 do dia 06/04/2016 (hora e data de Brasília) - Código de Controle: F9D4-Q1H3-J758 - Documento válido até 06/04/2017 16:46:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na página de Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação conforme definição do Código de Certificação.
A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na página de certificação.
* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

F.04.25 - Data de Revisão: 05/08/2015



IPAJM



Atestamos que

Carmem Lúcia Carneiro da Cunha Guio

foi aprovada no Exame de Certificação desenvolvido pela ANBIMA –
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-20 CPA-10	21/01/2014 05/11/2009	29/11/2016 Dominância	29/11/2019 29/11/2019

Robert van Dijk
Presidente

Documento emitido às 14:32:41 do dia 31/01/2018 (hora e data de Brasília). Código de Controle:
FSN6-K3Y7-ESV6. Documento válido até 31/01/2019 14:33:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na
página de Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação
conforme definição do Código de Certificação.
A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na
página de certificação.
* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

F.04.25 Data de Revisão: 01/04/2016



Atestamos que

Edmilson Nunes de Castro

foi aprovado no Exame de Certificação desenvolvido pela ANBIMA –
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação	1ª Certificação	Última Atualização	Vencimento*
CPA-20	28/02/2013	26/01/2016	26/01/2019

Denise Pavarina
Presidente

Documento emitido às 10:15:35 do dia 07/04/2016 (hora e data de Brasília). Código de
Controle: G5R3-X855-B6E5. Documento válido até 07/04/2017 10:14:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na
página de Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação
conforme definição do Código de Certificação.
A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na
página de certificação.
* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

F.04.25 Data de Revisão: 05/08/2015

As reuniões do comitê de investimentos são realizadas ordinariamente na última quinta-feira de cada mês, conforme definido na política anual de investimentos, e extraordinariamente para deliberações junto com a diretoria de investimentos. Todas as atas das reuniões são divulgadas no sítio do IPAJM, no endereço eletrônico www.ipajm.es.gov.br, no menu "INVESTIMENTOS/Atas de reuniões".



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

O credenciamento das instituições financeiras adotado pelo IPAJM segue o modelo da Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda, com a coleta dos documentos em meio digital e o cadastramento dos dados mais relevantes no sistema CADPREV, cujo resumo é apresentado abaixo:

Instituições Credenciadas/Cadastradas:

Clique no ícone de alterar para ver as informações de Resumo da Conclusão da Análise nos campos acima.

CNPJ	Razão Social	Tipo de Instituição	Nº Termo de Análise	Nº Processo Administrativo	Data do Termo	Data de Validade
00.822.936/0001-69	BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administrador de Fundo de Investimento	C0117001	48796754	28/02/2018	28/02/2019
00.360.305/0001-04	Caixa Econômica Federal	Administrador de Fundo de Investimento	C0117002	48797642	28/02/2018	28/02/2019
28.156.057/0001-01	Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administrador de Fundo de Investimento	C0117003	48970050	28/02/2018	28/02/2019
33.850.686/0001-69	BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administrador de Fundo de Investimento	C0117004	69745870	28/02/2018	28/02/2019
03.864.607/0001-08	Rio Bravo Investimentos Ltda	Gestor de Fundo de Investimento	C0117005	48797642	28/02/2018	28/02/2019
10.917.835/0001-64	Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	Gestor de Fundo de Investimento	C0117006	48797642	28/02/2018	28/02/2019

Desde 2015 os investimentos são controlados por meio de um sistema online com acesso à Internet, e todos os órgãos de acompanhamento, deliberação e controle já podem verificar a qualquer momento os diversos relatórios disponíveis na ferramenta. Além disso, no sítio do IPAJM, no menu "INVESTIMENTOS/Relatórios de Investimentos" são divulgados mensalmente relatórios resumidos contendo as principais informações de composição das carteiras de investimentos e evolução do patrimônio. Como o sistema recuperou todas as movimentações de investimentos ocorridas desde 31/12/2010, é possível também verificar a posição histórica da carteira em qualquer momento a partir desta data. Como exemplo, apresentamos abaixo as telas com os saldos das carteiras no fechamento de cada exercício nos últimos cinco anos:

Ref.: 31/12/2013

Carteira	Saldo (R\$)	Part.(%)
IPAJM - Previdenciário	841.975.338,34	90,39
IPAJM - Financeiro	72.116.363,45	7,74
IPAJM - Administrativo	17.402.628,88	1,87
Total (3 reg)	931.494.330,67	100,00

Ref.: 31/12/2014

Carteira	Saldo (R\$)	Part.(%)
IPAJM - Previdenciário	1.345.185.873,46	93,79
IPAJM - Financeiro	71.586.808,03	4,99
IPAJM - Administrativo	17.422.345,89	1,21
Total (3 reg)	1.434.195.027,38	100,00

Ref.: 31/12/2015

Carteira	Saldo (R\$)	Part.(%)
IPAJM - Previdenciário	1.848.151.511,81	95,53
IPAJM - Financeiro	63.659.918,13	3,29
IPAJM - Administrativo	22.911.451,70	1,18
Total (3 reg)	1.934.722.881,63	100,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

Ref.: 31/12/2016

Carteira	Saldo (R\$)	Part.(%)
IPAJM - Previdenciário	2.508.879.607,69	95,99
IPAJM - Financeiro	95.923.423,74	3,67
IPAJM - Administrativo	8.901.520,30	0,34
Total (3 reg)	2.613.704.551,73	100,00

Ref.: 31/12/2017

Carteira	Saldo (R\$)	Part.(%)
IPAJM - Previdenciário	3.101.084.716,13	95,24
IPAJM - Financeiro	130.315.245,21	4,00
IPAJM - Administrativo	24.679.591,44	0,76
Total (3 reg)	3.256.079.552,77	100,00

A rentabilidade das carteiras de investimento também pode ser acompanhada diariamente pelo sistema utilizado, tanto em valores financeiros quanto em termos percentuais, e nos relatórios detalhados de cada carteira é possível ainda verificar o comparativo de rentabilidade alcançada em cada período, em comparação da com a meta atuarial estabelecida na política anual de investimentos. Vale lembrar que desde 2010 até 2017 a meta atuarial permaneceu com a mesma taxa de inflação (IPCA) mais juros real de 6 (seis) por cento ao ano para o Fundo Previdenciário, que é capitalizado. Para o Fundo Financeiro e para os recursos de administração da autarquia a meta é apenas acompanhar a inflação para não se desvalorizar, ou seja, IPCA + 0% aa. Abaixo, um exemplo do rendimento em reais obtido em 2017 na carteira do Fundo Previdenciário:

Ganhos Financeiros no Mês e no Ano		
Artigos	Ganho Mês (R\$)	Ganho Ano (R\$)
Artigo 7º I, Alínea a	11.360.472,90	156.315.764,54
Artigo 7º I, Alínea b	10.447.516,43	125.772.914,06
Artigo 7º III, Alínea a	220.549,65	4.181.487,90
Artigo 7º IV, Alínea a	1.355.103,55	27.324.767,86
Artigo 7º VII, Alínea a	645.432,54	7.536.143,13
Artigo 8º II	297.232,97	98.945,82
Artigo 8º III	1.757.968,78	4.745.853,44
Artigo 8º V	-3.878,72	443.870,48
Artigo 8º VI	-463.473,03	2.312.121,25
Total	25.616.925,07	328.731.868,49



E a seguir, uma visão da rentabilidade percentual desta mesma carteira, medida em vários períodos, comparada com a meta atuarial de IPCA+6%aa:

Período	Rentabilidade (%)			Volat. Anual
	Carteira	IPCA + 6%	p.p. Indx.	
03 meses	1,42	2,58	-1,2	1,274
06 meses	6,08	4,73	1,4	1,378
12 meses	12,60	9,05	3,6	2,987
24 meses	31,36	22,83	8,5	2,601
36 meses	48,66	44,03	4,6	2,586
Desde o início	131,68	130,99	0,7	3,789

Sobre essa tela, cabe ressaltar que a rentabilidade histórica "Desde o início" abrange um período de sete anos, onde, em 2013 as decisões econômicas completamente equivocadas do Governo Federal e as dificuldades de diversificação da carteira de investimentos imposta pelos órgãos de controle aos gestores de RPPS levou a uma queda relevante na rentabilidade anual das aplicações de longo prazo, sobretudo dos títulos públicos federais. Mesmo assim, a rentabilidade foi recuperada e podemos constatar que conseguimos superar a meta de rentabilidade ao longo dos anos.

O enquadramento das aplicações financeiras aos limites legais e aos parâmetros estabelecidos na política anual de investimentos de 2017 pode ser observado na tela abaixo, extraída do relatório detalhado da carteira consolidada do ES-PREVIDÊNCIA, no sistema de controle dos investimentos, posicionado em 31/12/2017:

Enquadramento da Carteira				
Artigo	Valor(R\$)	% Carteira	Política Investimento	Limite Res. 3.922/10
Renda Fixa				
Artigo 7º I, Alínea a	1.337.941.752,47	41,09%	47,00%	100,00%
Artigo 7º I, Alínea b	1.337.904.266,17	41,09%	16,00%	100,00%
Artigo 7º III, Alínea a	30.430.874,78	0,93%	1,00%	80,00%
Artigo 7º IV, Alínea a	429.027.406,22	13,18%	27,00%	30,00%
Artigo 7º VII, Alínea a	54.221.221,49	1,67%	3,00%	5,00%
Total Renda Fixa	3.189.525.521,14	97,96%		
Renda Variável				
Artigo 8º II	5.098.945,82	0,16%	0,00%	20,00%
Artigo 8º III	35.523.641,98	1,09%	1,00%	15,00%
Artigo 8º V	4.134.480,71	0,13%	1,00%	5,00%
Artigo 8º VI	21.796.963,13	0,67%	1,00%	5,00%
Total Renda Variável	66.554.031,64	2,05%		



A separação das aplicações por artigos segue o modelo de segregação por tipo de ativos definida na Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional.

Usando o mesmo modelo de separação por artigos, é possível também fazer um comparativo da rentabilidade das aplicações por tipo de ativo, como o apresentado abaixo. A tela é do relatório do Fundo Previdenciário, posicionada em 31/12/2017, pois é neste fundo que se persegue uma meta de rentabilidade com juros real.

Rentabilidades por Artigo em Períodos Fechados (%)				
Estratégia	No Mês	No Ano	12 meses	24 meses
Artigo 7º I, Alínea a Var. IPCA + 6% p.p	0,86 -0,0	13,11 4,1	13,11 4,1	33,27 10,4
Artigo 7º I, Alínea b Var. IPCA + 6% p.p	0,79 -0,1	12,60 3,5	12,60 3,5	30,87 8,0
Artigo 7º III, Alínea a Var. IPCA + 6% p.p	0,70 -0,2	12,33 3,3	12,33 3,3	41,83 19,0
Artigo 7º IV, Alínea a Var. IPCA + 6% p.p	0,54 -0,4	10,17 1,1	10,17 1,1	25,54 2,7
Artigo 7º VII, Alínea a Var. IPCA + 6% p.p	1,19 0,3	14,07 5,0	14,07 5,0	35,30 12,5
Artigo 8º II Var. IPCA + 6% p.p	6,19 5,3	2,35 -6,7	2,35 -6,7	2,35 -20,5
Artigo 8º III Var. IPCA + 6% p.p	5,62 4,7	26,05 17,0	26,05 17,0	49,25 26,4
Artigo 8º V Var. IPCA + 6% p.p	-0,09 -1,0	12,18 3,1	12,18 3,1	10,95 -11,9
Artigo 8º VI Var. IPCA + 6% p.p	-2,07 -3,0	11,04 2,0	11,04 2,0	43,82 21,0

Para concluir a análise sobre os investimentos, resta informar que o RPPS estadual não possui imóveis destinados a investimentos, não havendo, portanto, qualquer forma de se rentabilizar estes ativos.

7. Da Perícia Médica

A) Evidenciação do quadro de profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de perícias médicas, posição em 31/12;

Médicos Peritos credenciados do interior:

Médico	Especialidade
Alcy satlher guerra	Clinica Geral
Aloisio Tinoco de S. Filho	Clinica Geral / Medicina Intensiva



Eberth Alves M. Junior	Clinica Geral / Cirurgia Geral
Edalmo Colodete Santos	Medicina do Trabalho / Ginecologia
Frederico Augusto C. Nogueira	Medicina do Trabalho / Ginecologia
Jovenal Marches Mariano	Medicina do Trabalho / Ginecologia
Manoel Moulin Netto	Pediatria / Nutrologia
Walter Moulin Mimos	Clinica Geral
Vanda Suely Fontes Vieira	Pediatria
Zelber Renato Ferrari	Urologia

Médicos Peritos credenciados da Capital:

Médico	Especialidade
Ailton Vicente Rocha	Psiquiatria
Antônio Carlos Mendes	Medicina do Trabalho / Med. Preventiva e Social
Cassio Luiz Laiber	Ginecologia / Medicina Legal
Luiz Augusto Becacici Nunes	Ginecologia
Penha Fabia Calazans	Cardiologia
Valbert de Moraes Pereira	Ortopedia / Perícia Médica

Médicos Peritos Efetivos:

Médico	Especialidade
Bruno Lima Alves	Psiquiatria
Carlos Jose Lugon Arantes	Oftalmologia / Medicina do Trabalho
Edson Soares	Pediatria e Medicina do Trabalho
Fabrcia Maria Cabral Dias	Perícia Médica / Cardiologia / Medicina Esportiva
Henderson Eduarth Schwengber	Psiquiatria Forense
Marco Antônio Ruy Buarque	Perícia Médica / Medicina do Trabalho
Mauricio Aquino Paganotti	Otorrinolaringologia
Victor Araújo de Oliveira	Otorrinolaringologia / Medicina do Trabalho

B) Relação quantitativa dos profissionais médicos por especialidade e a sua respectiva forma de contratação;



Especialidade	Efetivos	Credenciados	Total
Clinico Geral	----	5	5
Medico do trabalho	2	3	5
Perícia Médica	2	---	2
Medicina Preventiva	---	1	1
Pediatria	1	2	3
Urologia	----	1	1
Psiquiatra	2	1	3
Ginecologista	----	5	5
Cardiologista	1	1	2
Ortopedista	----	1	1
Oftalmologista	1	----	1
Otorrino	2	----	2
Nutrólogo	----	1	1
Medica esportiva	1	----	1

C) Quantitativo mensal de perícias médicas realizadas no exercício financeiro, segregadas por médico e tipo de perícia

Peritos credenciados na capital

Atendimentos de Perícia comum, junta médica, avaliação da Capacidade laboral, Processos Administrativos Disciplinares, isenção de Imposto de Renda, Junta para Afastamento Definitivo, Junta em Equipe Multidisciplinar e Posse.

Ailton Vicente Rocha	1112
Luiz Augusto Becacici	1255
Cassio Luiz Laiber	672
Antonio Carlos Mendes	1040
Penha Fábria Calazans	407
Valbert de Moraes Pereira	437
Total	5223



Peritos Credenciados do Interior

Atendimentos de Perícia comum - 30 (trinta) dias de afastamento

Alcy Satler Guerra	161
Aloisio Tinoco de S. Filho	111
Eberth Alves M. Junior	090
Frederico Augusto C. Nogueira	086
Jovenal Marches Mariano	038
Edalmo Colodete Santos	594
Manoel Moulin Neto	734
Walter Moulin Simões	203
Vanda Suely Fontes Vieira	07
Zelber Renato Ferrari	606
Total	2630

8. Da Taxa de Administração

Informamos que a evidenciação mensal da base de cálculo para apuração do limite de gastos para o exercício, bem como a evidenciação do cumprimento do mesmo encontram-se demonstrados no DEMDAD da PCA.

A seguir demonstramos a relação das licitações homologadas no exercício, bem como relação dos contratos firmados:

Nº PROCESSO	Nº LICITAÇÃO	OBJETO	VALOR LICITADO R\$	EMPRESA VENCEDORA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO
71548033	001/2017	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de serviços de relacionamento cliente/usuários - LOTE 01	41.900,00	CAPER SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA - EPP	20/03/2017
7158033	001/2017	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de serviços de relacionamento cliente/usuários - LOTE 02	26.200,00	OFICIAL MANUTENÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS LTDA ME	20/03/2017
76777723	002/2017	Contratação de empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva	2.990,00	OFICINA S O S LTDA ME	23/06/2017
71321357	003/2017	Restruuturação do CPD - LOTE 01	154.000,00	SELF TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	01/08/2017
71321357	003/2017	Restruuturação do CPD - LOTE 02	-	FRACASSADO	01/09/2017
71321357	003/2017	Restruuturação do CPD - LOTE 03	79.000,00	MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA	11/08/2017
71321357	003/2017	Restruuturação do CPD - LOTE 04	2.245,00	CAMILA BUBACH ME	01/08/2017
71321357	003/2017	Restruuturação do CPD - LOTE 05	49.000,00	MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA	01/08/2017
76765903	004/2017	Locação de 03 Carros sem motorista	3.970,00	CZ VEÍCULOS LTDA ME	13/07/2017
77692969	005/2017	Aquisição de 08 Licenças de software Adobe Acrobat Pro DC	11.040,00	NWS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA EPP	13/07/2017
79945848	006/2017	Contratação de Empresa para prestação de serviço de limpeza	28.900,00	SERVIMAR SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO EIRELI	12/01/2018
79497861	007/2017	Aquisição de Licenças software Microsoft	234.747,00	AX4B SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP	15/01/2018



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

RELAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS EM 2017					
Nº DO CONTRATO	PROCESSO	NOME DA EMPRESA	OBJETO	DATA INÍCIO	VALOR R\$
001/2017	76791939	PRODEST - TOKEN	EMISSÃO SOB DEMANDA DE 17 TOKEN e-CPF e 01 TOKEN e-CNPJ	09/03/2017	VALOR TOTAL R\$ 4.936,50
002/2017	71548033	CAPER SERVIÇOS CORPORATIVOS	CALL CENTER	11/04/2017	VALOR MENSAL R\$ 41.900,00
003/2017	71548033	OFICIAL MANUTENÇÃO	ATENCIMENTO PRESENCIAL	11/04/2017	VALOR MENSAL R\$ 26.200,00
004/2017 CORPORATIVO SEGER	70528837	ALTRNA TELECOMUNICAÇÕES E CONECTIVIDADE LTDA	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	23/05/2017	VALOR MENSAL R\$ 320,00
005/2017	77567307	WEBJUR PROCESSAMENTO DE DADOS	LEITURA DE DIÁRIOS OFICIAIS	19/07/2017	VALOR MENSAL R\$ 79,00
006/2017	76777723	OFICINA S O S LTDA LTDA ME	MANUTENÇÃO PREDIAL	04/08/2017	VALOR MENSAL R\$ 2.970,00
007/2017	67665438	LEILÃO	LEILÃO		
009/2017	71321357	CAMILA BUBACH	Aquisição de Tomadas tipo PDU	22/08/2017	VALOR MENSAL R\$ 2.245,00
010/2017	76765903	C Z VEÍCULOS LTDDA ME	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS SEM MOTORISTAS	10/08/2017	VALOR MENSAL R\$ 3.970,00
011/2017	71321357	SELF TECNOLOGIA COM. E SERVIÇOS LTDA	Aquisição de Servidores, Storage e Rack para Servidor	22/08/2017	VALOR MENSAL R\$ 154.000,00
012/2017	71321357	MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA	Serviços de instalação e de treinamento OFICIAL MICROSOFT	22/08/2017	VALOR MENSAL R\$ 79.000,00
013/2017	71321357	MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de FIREWALL E Gerência de relatórios	22/08/2017	VALOR MENSAL R\$ 49.000,00

9. Da Gestão Patrimonial

Informamos que os ativos de maior relevância no RPPS são referentes as aplicações financeiras dos Fundos, conforme evidenciados nas notas do balanço patrimonial. Quanto aos passivos, destacamos o parcelamento PASEP no IPAJM e as provisões matemáticas no FF e FP, da mesma forma evidenciados em notas do balanço patrimonial.

Em relação ao cumprimento dos prazos do processo convergência contábil, os mesmos são monitorados pela Gerência Geral de Contabilidade do Estado, ressaltamos que a depreciação dos bens patrimoniais será aplicada a partir de 2018, conforme disponibilização do sistema pela SEGER-ES.

10. Da Gestão Atuarial

O tema atuarial tem sido amplamente discutido pelo Governo Estadual nestes últimos anos, e o IPAJM reconhece a importância que um bom estudo atuarial tem para o planejamento adequado das contas públicas. Os órgãos de controle também vêm desempenhando um papel fundamental na busca por melhorias nas avaliações e nos relatórios atuariais. No final de 2012, por meio do pregão eletrônico nº 0003/2012, a empresa EXACTTUS venceu a licitação para prestar o serviço de consultoria atuarial, assinando o contrato de número 006/2012 pelo valor global anual de R\$ 12.000,00. A Sra. Miki Massui, MIBA nº 825, era a atuária responsável por este contrato. Nos anos seguintes, até 2015, o contrato com a EXACTTUS foi renovado pelos valores anuais de R\$ 12.669,60, e R\$ 13.471,56. Até que, no início de 2016, por meio do pregão 004/2015, a empresa ETAA assumiu o serviço de consultoria atuarial, assinando o contrato nº 002/2016 pelo preço global anual de R\$ 68.400,00. O atuário responsável passou a ser o Sr. Richard Dutzmann, MIBA nº 935. Desde então, continuamos com a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

mesma empresa, pagando o mesmo valor global. A seguir apresentamos um comparativo dos balanços com os resultados atuariais das avaliações realizadas nos últimos cinco anos.

	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	A: 2018	A/B	B: 2017	B/C	C: 2016	C/D	D: 2015	D/E	E: 2014
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	2.182.393.865,21	1,72	1.271.535.025,19	1,35	938.845.011,21	1,05	892.019.610,42	1,31	682.529.457,08
2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	-	-	-	-	63.919.563,22	1,07	59.751.433,66
2.2.7.2.1.01.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	49.784.442.531,52	1,13	44.237.615.922,13	1,05	41.951.921.843,14	1,09	38.473.477.128,27	1,65	23.249.850.401,29
2.2.7.2.1.01.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	-	-	-	-	-	-	2.807.684.387,27	1,94	1.450.226.917,66
2.2.7.2.1.01.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Financeiro do RPPS	1.254.419.093,28	1,16	1.079.425.335,04	0,94	1.151.173.089,40	0,82	1.403.842.193,63	1,94	725.113.458,83
2.2.7.2.1.01.04	(-) Contribuições do Pensionistas para o Plano Financeiro do RPPS	214.077.887,74	0,84	254.932.550,43	0,82	312.696.995,56	-	-	-	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	177.263.464,04	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	48.138.682.086,46	1,12	42.903.258.036,66	1,06	40.488.051.758,18	1,18	34.198.030.984,15	1,63	21.014.758.591,14
2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-	-	-	-	-	9.082.410,55	0,73	12.497.935,40
2.2.7.2.1.02.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	32.508.390.074,20	1,03	31.490.264.572,96	0,96	32.919.935.131,10	4,27	7.710.725.487,30	1,09	7.097.999.728,92
2.2.7.2.1.02.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	1.948.895.559,00	0,77	2.543.969.682,96	0,80	3.189.879.376,53	1,68	1.894.934.768,39	1,06	1.793.293.597,16
2.2.7.2.1.02.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Financeiro do RPPS	974.447.779,50	0,71	1.365.056.903,05	0,80	1.711.642.592,28	1,81	947.467.384,20	1,06	896.646.798,58
2.2.7.2.1.02.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	3.303.210.960,89	0,91	3.616.645.797,11	0,96	3.772.881.447,00	-	-	-	-
2.2.7.2.1.02.06	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	26.281.835.774,81	1,10	23.964.592.189,84	0,99	24.245.531.715,29	4,99	4.859.240.924,16	1,11	4.395.561.397,78
2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	555.966.047,45	4,53	122.614.228,11	1,61	76.253.916,76	1,61	47.230.248,30	7,03	6.715.834,98
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	574.020.965,98	4,56	125.766.475,69	1,61	77.925.124,34	1,58	49.273.028,33	6,97	7.066.372,62
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-	-	-	-	1.182.798,12	5,06	233.691,76
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	14.869.399,79	10,55	1.409.148,58	1,11	1.264.851,62	2,14	591.399,06	5,06	116.845,88
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionistas para o Plano Previdenciário do RPPS	2.309.352,13	1,32	1.743.099,00	4,29	406.355,96	1,51	268.582,85	-	-
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	876.166,61	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.03.07	(-) Aportes Financeiros para Coberturas do Déficit Atuarial - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.626.427.817,76	1,42	1.148.920.797,08	1,33	862.591.094,45	1,12	771.787.388,35	1,28	603.564.253,04
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	5.922.620.223,98	1,04	5.687.258.953,63	1,08	5.284.863.221,62	2,00	2.645.793.832,95	1,41	1.873.737.735,01
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	2.794.027.229,22	0,95	2.953.521.657,44	1,03	2.877.986.622,44	2,30	1.249.337.629,73	1,48	846.782.321,31
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	1.502.165.177,00	0,95	1.584.816.499,11	1,03	1.544.285.504,73	2,47	624.668.814,87	1,48	423.391.160,66
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.04.06	(-) Aportes para Coberturas do Déficit Atuarial - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO – PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O Estado do Espírito Santo, por meio da Lei Complementar 282/2004, adotou o modelo de segregação de massa para o equacionamento do déficit atuarial. Com a implantação da segregação foram criados dois fundos. O fundo capitalizado se mantém superavitário desde sua criação, e o fundo financeiro, pela natureza do modelo, é equilibrado atuarialmente. A previdência estadual, portanto, não possui plano de amortização de déficit atuarial.

Assim como não adotamos plano de amortização de déficit atuarial, também não realizamos aportes atuariais e o equilíbrio técnico do fundo financeiro é alcançado com o repasse de aportes financeiros mensais, que nos últimos anos acumularam os seguintes montantes:

2013 – R\$ 1.272.083.264,22

2014 – R\$ 1.486.310.996,34

2015 – R\$ 1.580.530.897,24

2016 – R\$ 1.767.016.653,32

2017 – R\$ 2.014.441.226,08

11. Da Gestão de Pessoal

O quantitativo total de servidores para atender as demandas desta autarquia Estadual são de 127 (não considerado 4 servidores cedidos e 1 em licença sem vencimentos).



Quantos aos cursos de aperfeiçoamento realizados no exercício de 2017, citamos:

- 1) Elaboração do reluci (relatório e parecer do controle interno)
- 2) Introdução ao BPM e modelagem com BPMN 2.0 com ênfase em controle interno.
- 3) Gestão Orientada para Resultados
- 4) Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo
- 5) Coaching Orientado para Resultados
- 6) Gestão Orçamentária e Financeira
- 7) Esesp English Online
- 8) 60ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de RPPS – CONAPREV
- 9) Oratória
- 10) Direito Administrativo
- 11) Introdução ao BPM e Modelagem com BPMN 2.0 com ênfase em Controle Interno
- 12) Salário Inteligente: multiplicando meu dinheiro.
- 13) Gestão de Conflitos
- 14) Central de PABX Unify – OpenScape Business (OSBiz) – Capacitação para administradores e técnicos da solução
- 15) Curso elaboração do RELUCI (relatório e parecer do controle interno)
- 16) Palestra Orientações Previdenciárias: meu tempo chegou?
- 17) Gestão Documental
- 18) Formação de Pregoeiros Aplicado ao SIGA
- 19) Autoliderança
- 20) Siarhes – módulo de Direitos e Vantagens
- 21) Excel Básico
- 22) Introdução ao Orçamento Público
- 23) Liderança e Gestão estratégica
- 24) 48º Congresso Nacional da ABIPEM / curso de à informação: uma nova cultura no serviço público
- 25) Abertura das ações ESESP 2017: O caminho trilhado e as perspectivas futuras
- 26) 3º encontro de RH's 2017
- 27) 1º encontro de Recursos Humanos e Grupos Financeiros
- 28) Roda de conversa "Inovação na Gestão": que bicho é esse?

Sobre a política de remuneração, a definição está contida na Lei Complementar 351/2005, especificamente:

- a) Anexo II - Tabela Salarial dos cargos comissionados a que se refere o artigo 6º:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

REFERÊNCIAS	VALORES
CCP-01	3.120,00
CCP-02	2.340,00
CCP-03	1.560,00
CCP-04	1.352,00
CCP-05	904,80

b) Anexo III - Cargos comissionados criados, a que se refere o artigo 7º

NOMENCLATURA	REF.	QUANT.	VALOR	VALOR TOTAL
Subgerente	CCP-02	11	2.340,00	25.740,00
Assessor Especial	CCP-02	01	2.340,00	2.340,00
Assessor de Comunicação	CCP-02	01	2.340,00	2.340,00
Chefe de Gabinete	CCP-03	01	1.560,00	1.560,00
Gestor de Acervo Documental	CCP-04	01	1.352,00	1.352,00
Assessor Administrativo	CCP-04	04	1.352,00	5.408,00
Assistente de Rede	CCP-04	02	1.352,00	2.704,00
TOTAL GERAL		19		41.444,00

c) ANEXO VIII - Tabela de Vencimentos a que se refere o parágrafo único do artigo 15.
(técnico médio, superior e advogado)

Referência	Padrão														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
CNS-I	1.800,00	1.854,00	1.908,62	1.966,91	2.025,92	2.086,69	2.149,29	2.213,77	2.280,19	2.348,59	2.419,05	2.491,62	2.566,37	2.643,36	2.722,66
	2.800,00	2.884,00	2.970,52	3.059,64	3.151,42	3.245,97	3.343,35	3.443,65	3.546,96	3.653,36	3.762,97	3.875,85	3.992,13	4.111,89	4.235,25
CNS-II															
CNM-I	855,00	880,65	907,07	934,28	962,31	991,18	1.020,91	1.051,54	1.083,09	1.115,58	1.149,05	1.183,52	1.219,03	1.255,60	1.293,26

d) Anexo V - Cargos de provimento em comissão mantidos a que se refere o artigo 9º.

NOMENCLATURA	REF.	QUANT	VALOR	VALOR TOTAL
Gerente Administrativo	CCP-01	01	3.120,00	3.120,00
Gerente de Finanças e Investimentos		01	3.120,00	3.120,00
Gerente Jurídico Previdenciário		01	3.120,00	3.120,00
TOTAL GERAL		03		9.360,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO



IPAJM

e) Anexo VI - Denominações de cargos comissionados transformados a que se refere o artigo 10

NOMENCLATURA ANTERIOR	REF.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	NOMENCLATURA ATUAL	REF.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
Gerente de Benefícios Previdenciários	JM-02	01	3.120,00	Gerente de Benefícios e Assistência	CCP-01	01	3.120,00
Gerente de Informática	JM-02	01	3.120,00	Gerente do Núcleo de Tecnologia e Informação	CCP-01	01	3.120,00
Assessor Técnico de Perícia Médica Previdenciária	JM-06	02	904,80	Assessor Previdenciário	CCP-05	02	904,80
Assessor Técnico de Previdência	JM-06	04	904,80	Assessor Previdenciário	CCP-05	04	904,80

f) TABELA DE VENCIMENTOS, a que se refere o § 2º do artigo 17 com nova redação dada pela Lei Complementar nº 501/2009.

Vigência 1º de janeiro de 2010

CARGOS	REFERÊNCIA	PADRÃO																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Auxiliar Previdenciário	PAE-1	468,00	482,04	496,50	511,40	526,74	542,54	558,82	575,58	592,85	610,63	628,95	647,82	667,26	687,27	707,89	729,13	751,00
Recepcionista Previdenciário	PAE-2	613,60	632,01	650,97	670,50	690,61	711,33	732,67	754,65	777,29	800,61	824,63	849,37	874,85	901,09	928,13	955,97	984,65
Motorista Previdenciário e Telefonista Previdenciário	PAE-3	707,20	728,42	750,27	772,78	795,96	819,84	844,43	869,77	895,86	922,74	950,42	978,93	1.008,30	1.038,55	1.069,70	1.101,79	1.134,85
Auxiliar Técnico Previdenciário	PAE-4	1.123,20	1.156,90	1.191,60	1.227,35	1.264,17	1.302,10	1.341,16	1.381,39	1.422,84	1.465,52	1.509,49	1.554,77	1.601,41	1.649,46	1.698,94	1.749,91	1.802,41
Técnico Previdenciário	PAE-5	1.320,80	1.360,42	1.401,24	1.443,27	1.486,57	1.531,17	1.577,10	1.624,42	1.673,15	1.723,34	1.775,04	1.828,30	1.883,14	1.939,64	1.997,83	2.057,76	2.119,50
Desenhista Previdenciário e Contabilista Previdenciário	PAE-6	1.612,00	1.660,36	1.710,17	1.761,48	1.814,32	1.868,75	1.924,81	1.982,56	2.042,03	2.103,29	2.166,39	2.231,38	2.298,33	2.367,28	2.438,29	2.511,44	2.586,79
Administrador Previdenciário	PAE-7	2.600,00	2.678,00	2.758,34	2.841,09	2.926,32	3.014,11	3.104,54	3.197,67	3.293,60	3.392,41	3.494,18	3.599,01	3.706,98	3.818,19	3.932,73	4.050,72	4.172,24
Procurador Previdenciário	PAE-8	3.508,00	3.635,64	3.806,51	3.920,70	4.038,33	4.159,48	4.284,26	4.412,79	4.545,17	4.681,53	4.821,97	4.966,63	5.115,63	5.269,10	5.427,17	5.589,99	5.757,69

Vitória, 28 de março de 2018.

ANCKMAR PRATISSOLLI

Presidente Executivo